

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – IGDEMA
SUB-PROGRAMA UFAL – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

LEILA CLÁUDIA MARTINS DE MELLO

**CONSCIENTIZAÇÃO OU CONFORMIDADE AMBIENTAL DO
SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO?**

Maceió/AL
2010

LEILA CLÁUDIA MARTINS DE MELLO

**CONSCIENTIZAÇÃO OU CONFORMIDADE AMBIENTAL DO
SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO?**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente, Sub programa- UFAL, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, sob a orientação da Professora Dr^a. Sineide Correia Silva Montenegro.

Maceió/AL
2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto

M527c Mello, Leila Cláudia Martins de.
Conscientização ou conformidade ambiental no setor sucroalcooleiro
Alagoano? / Leila Cláudia Martins de Mello, 2010.
87 f.

Orientador: Sineide Correia Silva Montenegro.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente :
Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa
Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió,
2010.

Bibliografia: f.81-87

1. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável – Alagoas - 2. Álcool –
Indústria – Meio ambiente – 3. Desenvolvimento sustentável – 4. Conscientização
- Meio ambiente. – I. Título.

CDU: 504(813.5

LEILA CLÁUDIA MARTINS DE MELLO

**CONSCIENTIZAÇÃO OU CONFORMIDADE AMBIENTAL DO SETOR
SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-
PRODEMA da Universidade Federal de Alagoas,
Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientadora: Prof.Dra.Sineide Correia Silva
Montenegro.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:.....

Orientadora: Prof.Dra.Sineide Correia Silva Montenegro

MEMBROS:.....

Examinador interno: Prof.Dra.Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros

.....

Examinador Externo: Prof.Dr.Márcio Gomes Barbosa

O melhor presente Deus me deu: a vida me ensinou a lutar pelo que é meu.

Charles Brown Jr.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu grande amigo Waldeney Alcides da Silva (*In memoriam*) que, em vida, foi meu incentivador e hoje, encontrando-se no mundo da espiritualidade, continua a ser uma luz em meu caminho, sendo exemplo a ser seguido como estudante, docente e pesquisador.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Soberano, fonte maior de sabedoria, pelas bênçãos e unções recebidas no decorrer da minha vida e durante a escrita desta dissertação.

Ao Cristo, representante de Deus na terra, por derramar sua glória em meus ensinamentos, por me permitir existir, por ser a grande luz que nos conduz, durante nossa jornada existencial.

Ao meu protetor São Jorge, por sua proteção, amor e coragem durante todo o sempre, principalmente nos momentos difíceis e aparentemente sem solução.

Ao meu mentor intelectual, espírito iluminado, pela sempre presente companhia, nas longas madrugadas de estudo.

Aos meus familiares, Maria Aparecida (mãe), Maria Celeste (avó materna), Mário Mello (irmão) e Fernando Murta (primo) pelo incentivo incessante em prol da minha realização.

À minha filha Sophia Maria, a quem não pude gerar em meu ventre, mas que foi concebida em meu coração, desde o primeiro momento em que a vi.

Aos amigos da turma de mestrado: Walquer Rangel, Marquinhos, Dani, Vinícius, Antonio Wilton, Cláudio, Colin e Henrique pelos momentos de estudo e entrosamento que vivenciamos.

À professora Dra. Sineide Montenegro, pela orientação da dissertação. Sinto-me honrada de ter tido a oportunidade de ser sua orientanda, não só por compartilhar de sua sabedoria, como também por admirar sua versatilidade, competência e dignidade como profissional e ser humano.

À professora Dra. Paula Yone Stroh pelo brilhantismo de suas aulas, despertando em mim o grande interesse pelas Ciências Sociais, em particular pela Sociologia Ambiental, linha de estudo que pretendo trilhar enquanto pesquisadora.

Aos professores do PRODEMA, pelas aulas ministradas ao longo do mestrado e demais funcionários da Universidade Federal de Alagoas.

Ao professor Dr. Ângelo Antônio Cavalcante Martins, meu tio querido, pelo exemplo de estudo, comprometimento e vitória obtida com muita luta e obstinação.

À professora Edna Martins, minha tia, pessoa através da qual, há cerca de seis anos, tive o conhecimento da existência do PRODEMA.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa.

Aos gestores ambientais Valdir Costa (Coruripe), Geraldo Gomes de Barros Neto (Seresta), Ronaldo Melo (Guaxuma) e Ivo Pepe (Capricho), pelas informações consistentes acerca das empresas pesquisadas e pela cordialidade durante as visitas.

Às minhas amigas Ana Paula, Waleska, Hildeneide, Ianara, Keila e Ângela, por sempre estarem atentas à condução do mestrado, por meio de manifestações imensuráveis.

LISTA DE SIGLAS

- SGA - Sistema de Gestão Ambiental
- TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
- SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade
- ICC- Câmara Internacional do Comércio
- EMAS Esquema de Gestão e Auditoria Ambiental
- IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
- SAI - Sistemas Agroindustriais
- EA Educação Ambiental
- MDL Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
- ACV - Análise do Ciclo de Vida
- ISO International Organization for Standardization
- DJSI - Dow Jones Sustainability Indexes
- ISE - Índice de Sustentabilidade da BOVESPA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E SETOR PRODUTIVO.....	16
1.1.1– Modernidade, sociedade de risco e suas relações de poder.....	16
1.1.2 - Marketing ambiental: o lucro pela consciência e as novas denominações para com o ambiente, advindas da ideologia verde.....	25
CAPÍTULO II – CONSCIENTIZAÇÃO OU CONFORMIDADE AMBIENTAL NO SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO?.....	32
2.1 – Estrutura Organizacional Produtiva.....	32
2.1.1 – Usina Capricho.....	32
2.1.2 – Usina Coruripe.....	35
2.1.3 – Usina Seresta.....	38
2.1.3.1 - Pesquisas Científicas apoiadas pela Seresta.....	41
2.1.4 – Usina Guaxuma.....	42
2.1.4.1 - Ações da Organização.....	44
2.2- Análise das Certificações e Premiações.....	45
2.3 – Gestão da Responsabilidade Social Corporativa.....	48
2.3.1 – Gestão Ambiental Empresarial.....	48
2.3.2 - A questão ambiental vista como uma questão social.....	53
CAPÍTULO III - CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO: DO BANGÜÊ AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.....	57
3.1 – O bangüê como elemento propulsor da economia alagoana.....	57

3.2 – Os primeiros impactos ambientais causados pela atividade canavieira.....	63
3.3 – A intervenção estatal: a relação de dependência entre o Governo do Estado e os empresários canavieiros.....	65
3.4 – A reestruturação produtiva e o processo de modernização do setor sucroalcooleiro alagoano.....	74
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

RESUMO

O homem, intervindo em sua dinâmica, vem promovendo altos níveis de exploração e destruição do planeta. A convivência planetária, a gestão do capital natural e proteção ambiental paulatinamente tomaram espaço nas discussões sociais. A ação antrópica centrada no crescimento econômico sob a ótica capitalista, desprezou a valorização do maior estoque de capital que são os recursos naturais e os serviços do ecossistema. O Estado de Alagoas apresenta reduzido setor industrial, tendo a cana-de-açúcar como principal cultura, estabelecendo uma relação estreita com proprietários de terra, fornecedores de cana e usineiros. Dessa forma, o foco dessa pesquisa está voltado para a inserção da variável ambiental no setor produtivo, em particular no Setor Sucroalcooleiro do Estado de Alagoas, sendo o objetivo geral avaliar as mudanças a partir desta variável ambiental. Foram investigados: (a) como as empresas estão desenvolvendo a nova cultura organizacional fazendo uma correlação com uma análise histórica do setor, seus processos produtivos e políticas de responsabilidade socioambiental; (b) análise do discurso empresarial para com o meio ambiente e suas relações de poder; (c) descrição das certificações e premiações obtidas e pretendidas pelas usinas alagoanas e (d) diagnosticar as políticas de responsabilidade social corporativa desenvolvida pelas empresas. A pesquisa de campo foi realizada nas usinas Capricho, Coruripe, Guaxuma e Seresta, tendo critério para escolha dessas empresas estabelecer um contraponto entre as já certificadas com o SGA – Sistema de Gestão Ambiental e as que estão em processo para obtenção da certificação. Os resultados apontam um discurso a favor da natureza como principal vertente ideológica da modernidade sendo que tal discurso foi incorporado mais pelas pressões advindas da competição do que pela vitrine social. Este discurso encontrou no marketing sua operacionalização e novas expressões do tipo: “ecologicamente correto”, “preservar sem destruir”, passaram a ser tomadas como bandeiras incorporando sua nova função social de “protetores da natureza”. De fato, o que ocorreu foi uma adequação legal e normativa do setor sucroalcooleiro ao Sistema de Gestão Ambiental – SGA com busca incessante por premiações e certificações.

Palavras-chave: Conscientização Ambiental; Sustentabilidade; Setor Produtivo.

ABSTRACT

The man, intervined in its dynamics, comes promoting high levels of exploration and destruction of the planet. The planetary convivência, the management of the natural capital and ambient protection had gradually taken space in the social quarrels. The antrópica action centered in the economic growth under the capitalist optics, disdained the valuation of the biggest supply of capital that is the natural resources and the services of the ecosystem. The State of Alagoas presents reduced industrial sector, having the sugar cane-of-sugar as main culture, establishing a narrow relation with land proprietors, suppliers of sugar cane and usineiros. Of this form, the focus of this research is come back toward the insertion of the ambient 0 variable in the productive sector, in particular in the Sucroalcooleiro Sector of the State of Alagoas, being the general objective to evaluate the changes from this ambient 0 variable. They had been investigated: (a) as the companies is developing the new organizacional culture making a correlation with a historical analysis of the sector, its productive processes and politics of socioambiental responsibility; (b) analysis of the enterprise speech stops with the environment and its relations of being able; (c) description of the certifications and awardings gotten and intended for the alagoanas plants and (d) to diagnosis the politics of corporative social responsibility developed by the companies. The field research was carried through in the plants Whim, Coruripe, Guaxuma and Seresta, having criterion for choice of these companies to establish a counterpoint enters already certified with the SGA - the System of Ambient Management and the ones that are in process for attainment of the certification. The results point a speech in favor of the nature as main ideological source of modernity being that such speech was incorporated more for the happened pressures of the competition of what for the social show window. This speech found in the marketing its operacionalização and new expressions of the type: “ecologically correct”, “to preserve without destroying”, they had passed to be taken as flags incorporating its new social function of “protectors of the nature”. In fact, what it occurred was a legal and normative adequacy of the sucroalcooleiro sector to the System of Ambient Management - SGA with incessant search for awardings and certifications.

Word-key: Ambient awareness; Support; Productive sector.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma reflexão acerca da incorporação da variável ambiental no setor produtivo. Aborda, especificamente, o setor sucroalcooleiro do Estado de Alagoas, numa análise histórica de sua formação, desde o surgimento dos bangüês até a composição do complexo agroindustrial canavieiro.

Esta temática assume grande importância e merece especial atenção, pois que a natureza sempre foi vista pela humanidade como um bem de uso comum, de fácil acessibilidade e capacidade infinita. O homem, intervindo em sua dinâmica, vem promovendo altos níveis de exploração e destruição do planeta.

Desta maneira, o uso abusivo do meio ambiente, despertou na sociedade o medo da extinção da própria espécie humana. Ao mesmo tempo, a noção de previsibilidade e infinitude foi sendo fragmentada pela noção advinda da sociedade de risco, do mundo da alta modernidade, onde a oportunidade e o perigo estão equilibrados em igual medida, estando o homem moderno sem respostas para as questões relacionadas ao seu modo de vida.

A convivência planetária, a gestão do capital natural e a proteção ambiental paulatinamente tomaram espaço nas discussões sociais. A natureza comumente vista como objeto, passa à condição de sujeito, numa transição paradigmática da sociedade moderna, representando sua atual crise ecológica.

A realidade contemporânea pressupõe, pois, redobrada atenção relativamente ao entendimento da questão ambiental em toda sua complexidade. Diante da magnitude dos problemas ecológicos, a rediscussão minuciosa dos paradigmas tem orientado a humanidade nos últimos séculos impõe-se de modo indiscutível. É com base nessa conjuntura que podemos melhor compreender uma noção como a de cidadania ambiental. A noção de cidadania ambiental é indissociável de uma contextualização social e cultural, em qualquer plano, perspectiva ou sistema de relações.

(PINSKY, 2003).

A ação antrópica centrada no crescimento econômico sob a ótica capitalista, desprezou a valorização do maior estoque de capital que são os recursos naturais e os serviços do ecossistema. Assim, o discurso centrado na lógica de rápido crescimento da economia gerou um desenvolvimento dependente dos centros hegemônicos de poder e o desenvolvimento industrial no Brasil foi conquistado através da troca de recursos naturais pelo capital industrial estrangeiro, onde as chamadas indústrias sujas do primeiro mundo foram transferidas para o nosso país, promovendo atividades

poluidoras, alterando a natureza de forma irreversível ou com um custo de recuperação maior que o lucro decorrente da poluição gerada.

Para PORTO-GONÇALVES (2006), o período atual, de globalização neoliberal, difere dos outros períodos que lhe antecederam pela especificidade de desafio ambiental que lhe acompanha e que, também, o constitui. Afinal, até os anos de 1960, a dominação da natureza não era uma questão e sim, uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a questão ambiental.

Portanto, o Brasil não possui um plano de desenvolvimento sustentável, apenas projetos de investimentos básicos para inscrição na economia mundial, tendo como pressuposto o modelo de crescimento adotado no pós-guerra. Tais investimentos em sua maioria concentram-se no centro sul, mantendo a região Nordeste na condição de subdesenvolvida, onde além da falta de incentivos à industrialização apresenta outros fatores agravantes, tais como: terras áridas, mão-de-obra desqualificada e ausência de distribuição equitativa de riquezas.

Aliadas às características acima mencionadas são perceptíveis as manipulações ideológicas de cunho assistencialista, retroalimentadas pelo ciclo vicioso das políticas compensatórias, de temporalidade duvidosa. Inserido nesta região, o Estado de Alagoas apresenta um reduzido setor industrial, numa ausência significativa de pólos dinâmicos e falta de perspectivas de novos investimentos, herança de nossa formação econômico-social, embasada na escravidão e no latifúndio. O modelo latifundiário desde os primórdios tem a cana-de-açúcar como sua principal cultura. Da colonização aos dias atuais, o Estado de Alagoas estabeleceu uma relação estreita com proprietários de terra, fornecedores de cana e usineiros.

Tal cultura sempre teve a seu dispor o meio natural, historicamente utilizado de forma extensiva, tornando-se alvo de variados tipos de impacto ambiental, dentre os quais é possível pontuar os seguintes: a derrubada da mata atlântica, a ocupação de solo de outras lavouras, a diminuição da biodiversidade da Zona da Mata e o despejo de vinhaça (tiberna).

A trajetória da atividade canavieira no Estado de Alagoas, do surgimento do bangüês ao atual Complexo Agroindustrial Canavieiro, seus processos produtivos, seus avanços e retrocessos nas políticas de gestão e responsabilidade socioambiental, será alvo da presente dissertação. Desta maneira, questionamos: - existe, de fato, por parte do Setor Sucroalcooleiro Alagoano, um processo de conscientização socioambiental que denote uma mudança de comportamento para com os recursos naturais e a sociedade? – é possível mensurar tal processo no setor produtivo? – quais as verdades contidas no

discurso ambiental alardeado pelos empresários da economia “verde”? - até que ponto a variável ambiental induz à responsabilidade social corporativa? – como ponto de partida em busca do entendimento de tais questionamentos, o capítulo I abordará o discurso empresarial para com o meio ambiente, a sociedade de risco, o marketing ecológico e seus neófitos conceitos advindos da sociedade moderna. Embasarão este capítulo os seguintes autores: Scott Lash, Phillipe Pomier Layrargues, callembach, Ulrich Beck, Anthony Giddens, Francisco de Oliveira e Gustavo da Costa Lima.

O capítulo II trará uma análise histórica do Setor Sucroalcooleiro Alagoano, onde serão trabalhados os seguintes autores: Ivan Fernandes, Manuel Diéguas Júnior, Cícero Péricles de Carvalho, João de Azevedo, Arakem Alves, Celso Furtado e Josimar Almeida.

O capítulo III trará o estudo de caso realizado nas usinas Capricho, Coruripe, Guaxuma e Seresta, analisando suas estruturas produtivas e organizacional, servindo de embasamento teórico, às temáticas abordadas neste capítulo, os autores: Maria Betânia Ribeiro Torres, Whashigton Novaes, Moacir Gadoti, Genebaldo Freire, Peter May, Cecília Lustosa, Valéria da Vinha, Isabel Cristina de Moura e Gaudêncio Frigotto.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as mudanças ocorridas no setor sucroalcooleiro alagoano, a partir da incorporação da variável ambiental e para que tal objetivo seja alcançado, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (1) Analisar a história do setor sucroalcooleiro alagoano, quanto à sua estrutura produtiva e organizacional; (2) identificar os principais problemas ambientais resultantes da atividade canavieira, em Alagoas; (3) analisar o discurso empresarial para com o meio ambiente e suas relações de poder; (4) descrever as certificações e premiações obtidas e pretendidas pelas usinas alagoanas; (5) diagnosticar as políticas de responsabilidade social corporativa desenvolvida pelas empresas agroindustriais canavieiras.

O critério adotado para a escolha das empresas a serem pesquisadas foi estabelecer um contraponto entre usinas que ainda não tinham SGA – Sistema de Gestão Ambiental implementado e as que já dispunham de tal certificação. As usinas que ainda não são detentoras de tal Sistema de Gestão Ambiental estão em processo de construção para que o mesmo se concretize, enquanto que as já detentoras de SGA, caminham em direção de novas conquistas, com premiações e certificações a serem atingidas.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E SETOR PRODUTIVO

1.1 – Modernidade, Sociedade de Risco e Suas Relações de Poder

Desde Aristóteles, primeira pessoa a colocar a idéia de desenvolvimento como uma crença num futuro de felicidade, várias acepções foram dadas ao termo sem que se fosse possível estabelecer uma unanimidade quanto ao seu significado.

Porém, pela ótica do capital e de suas representações, o desenvolvimento passou a ser entendido como progresso; como crescimento; como uma linha reta infinda a ser alcançada, por meio de um auto-didatismo social, impulsionado pelo ideário individualizador da era dita moderna, estando o homem contemporâneo simultaneamente envolvido entre a autonomia e a dependência, entre os processos destrutivo e criativo que substanciam os avanços e os retrocessos de sua existência.

HARVEY (1996) afirma que embora o termo “moderno” tenha uma história bem mais antiga, o que HABERMAS (1983) chama de projeto da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária.

O domínio científico da natureza prometia liberdade de escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

No entanto, o legado iluminista não garantiu a liberdade humana universal, resultante do desenvolvimento da ciência, pois que a condição de transitoriedade da modernidade, diante da bipolaridade entre a ruptura e a continuidade, entre o

desencantamento e a desvinização do mundo, aponta para o aprisionamento coletivo da humanidade e, segundo GIDDENS (1993), queiramos ou não, estamos todos presos em uma grande experiência, que está ocorrendo no momento de nossa ação - como agentes humanos - mas fora do nosso controle, em um grau imponderável. Não é uma experiência do tipo laboratorial, porque não controlamos os resultados dentro de parâmetros fixados, é mais parecida com uma aventura perigosa, em que cada um de nós, querendo ou não, tem de participar.

O aprisionamento nesta experiência à qual se refere o autor evidencia um momento singular na história da humanidade: ela encontra-se sem respostas; está sendo obrigada a tomar juízo e a expressão mais representativa da eficácia do pensamento científico moderno é a naturalização das relações sociais; a noção de acordo das características da sociedade chamada moderna.

Afirma BECK (1993) que a definição do perigo é sempre uma construção cognitiva e social. Por isso, as sociedades modernas são confrontadas com as bases e com os limites do seu próprio modelo até o grau exato em que eles não se modificam não se refletem sobre seus efeitos e dão continuidade a uma política muito parecida.

Os riscos têm sua origem precisamente no triunfo da ordem instrumental racional. Somente depois da normalização, seja de um desenvolvimento industrial além dos limites do seguro, seja do questionamento e da forma perceptível de risco torna-se reconhecível que – e em que extensão – as questões de risco anulam e fragmentam, por seus próprios meios e de dentro para fora, as questões de ordem.

Os riscos atuais caracterizam-se por ter consequências, em geral de alta gravidade, desconhecidas a longo prazo e que não podem ser avaliados com precisão, como é o caso dos riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos. Tais riscos tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.

Afirma LASH (1995), que já está se tornando reconhecível que a natureza, a grande constante da época industrial, está perdendo seu caráter pré-ordenado, está se tornando um produto, a “natureza interna”, integral e ajustável (neste sentido) da sociedade pós-industrial. A abstração da natureza conduz à sociedade industrial. A integração da natureza na sociedade vai além da sociedade industrial. A “natureza” torna-se um projeto social, uma utopia que deve ser reconstruída, ajustada e

transformada. Renaturalização significa desnaturalização. Neste contexto, o apelo da modernidade para ajustar as coisas tem sido aperfeiçoado sob a bandeira da natureza.

BECK, GIDDENS e LASH (1995) apontam que a metamorfose dos efeitos colaterais despercebidas da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado “problema ambiental”, mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial.

Enquanto esses desenvolvimentos forem vistos em contraposição ao horizonte conceitual da sociedade industrial e, portanto, como efeitos negativos de ação aparentemente responsável e calculável, seus efeitos de destruição do sistema permanecerão irreconhecíveis. Suas conseqüências sistemáticas aparecem apenas nos conceitos e na perspectiva da sociedade de risco, e somente então elas nos tornam conscientes da necessidade de uma nova autodeterminação reflexiva.

Na sociedade de risco o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da “racionalidade”. No autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria.

O período atual de globalização neoliberal é aquele no qual a destruição da natureza foi mais intensificada ao mesmo tempo em que fica legitimada a questão ambiental, quando o ambientalismo coloca-nos diante dos limites para com a dominação da natureza que, a partir do início do século XX, passa a ser submetida a uma lógica mercantil, principalmente com a evolução do comércio internacional.

Ni em las concepciones de la economia neoclásica, ni em las marxistas, la naturaleza es incorporada centralmente como parte del proceso de creación de riqueza. Hecho que tiene vastas consecuencias! En la teoría neoclásica la separación de riqueza se expresa en la concepción subjetiva del valor, centrada em el mercado. Desde está perspectiva, el valor de cualquier recurso natural se determina de la misma manera que toda otra mercancía, esto es por su utilidad para los consumidores tal como ésta es medida em el mercado. Desde un punto de vista macroeconómico. La remuneración de los dueños de la tierra y de los recursos naturales es concebida como una transferencia de ingreso, no como um pago por um capital natural. Es ésta la concepción que sirve de sustento al sistema de cuentas nacionales utilizado em todo el mundo.

(LANDER, 2005)

Paradoxalmente, o fundamento da economia mercantil moderna não é a riqueza e sim, a escassez. Os bens naturais que são abundantes e ilustram a idéia central da riqueza não são considerados bens econômicos e a economia só passa a se interessar pelos bens naturais à medida que os mesmos tornam-se escassos, sendo incorporados como bens mercantis. O ambiente não se encontra mais dissociado à ação humana. Ele é reordenado por ela da mesma maneira que os seres humanos já não sabem mais o que seja a natureza, estando o natural tão profundamente penetrado com o que é social.

Concordamos em que as questões ecológicas não podem ser simplesmente reduzidas a uma preocupação com o ambiente. O “ambiente” soa como um contexto externo à ação humana. Porém as questões ecológicas só vieram à tona porque o ambiente na verdade não se encontra mais alheio à vida social humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela.

Se houve um dia em que os seres humanos souberam o que era a natureza, agora não o sabem mais. Atualmente, o que é natural está tão intricadamente confundido com o que é social, que nada mais pode ser afirmado como tal, com certeza. A crise ecológica abre uma grande quantidade de questões relacionadas essencialmente à plasticidade da vida humana atual, o afastamento do destino em tantas áreas das nossas vidas (GIDDENS, 1997).

A dualidade presente entre os avanços e retrocessos, revela que como espécie não temos mais garantia de sobrevivência e tal condição resulta de nossos próprios atos como seres sociais, neste novo estágio em que nos encontramos, onde o progresso pode ser um agente autodestrutivo, ao tempo em que um tipo de modernização destrói outro, revelando a unidade paradoxal da humanidade, uma unidade da desunidade; de desintegração e renovação; de luta e contradição.

Para PÉREZ GÓMEZ (2001), as múltiplas formas de vida que os grupos humanos foram construindo ao longo da história nos diferentes territórios não podem ser localizadas numa linha ascendente de progresso e perfeição, não formam estágios consecutivos de uma progressiva marcha triunfal para horizontes predeterminados.

FORBES, REALE E FERRAZ (2005) entendem que estamos, simultaneamente, juntos e separados dentro da enorme uniformidade do *Homo laborans*... em outras palavras, a idéia que domina a noção de desenvolvimento, de que tudo é tempo, é

substituída pela noção nova de que tudo é simultâneo – e o mundo real é substituído por um mundo virtual. Ou, melhor: simbolicamente, um se reduz ao outro, quase não percebemos mais a diferença entre o real e o virtual.

Em FOUCAULT (2002), a verdade não existe como um saber essencial e absoluto, oculto na profundidade das coisas. Trata-se antes de uma invenção histórica, construída socialmente. Vê a verdade como uma interpretação entre outras, dotada de poderes especiais que se impõem sobre o real e a tornam reconhecida como a interpretação hegemônica numa dada época e num certo campo discursivo. Assim, tanto o saber quanto a verdade veiculados nos discursos estão enraizados no domínio do poder (LIMA, 2003).

Portanto, para Foucault, não há discurso neutro ou desinteressado e o verdadeiro discurso na sociedade moderna é identificado com o saber científico, pois que o reconhecimento do discurso científico e de suas qualidades naturaliza-no como verdade impessoal, racional, livre de todo questionamento, elevam-no a uma posição de hegemonia social e transferem-lhe o poder de avaliar e julgar os demais saberes.

A reunião convocada pela ONU para debater pela primeira vez o meio ambiente a nível global, aconteceu em 1972 e foi denominada Conferência de Estocolmo. A partir desta conferência, o discurso da sustentabilidade foi alardeado pelos organismos internacionais que demonstraram sua preocupação quanto ao meio ambiente. Nesta reunião, o governo brasileiro afirmou que a pior poluição era a pobreza e, a partir daí, convidava a que se trouxesse o desenvolvimento por meio de investimentos no Brasil. À época dizia-se - "venham poluir no Brasil" - associando a degradação ambiental ao preço que se pagaria pelo progresso.

Numa perspectiva produtivista, o desenvolvimentismo, onde nele deveria estar contida a preservação ambiental, de fato objetivava a manutenção do modelo de acumulação de riquezas, tornando-se a natureza um bem, um patrimônio. Aliada aos objetivos econômicos, uma pseudo preocupação humanista foi usada como apelo à humanidade, no intuito do bem-estar das nações.

Desta maneira, uma versão mais elaborada do discurso do desenvolvimento sustentável - a modernização ecológica - subsidiada pelo conhecimento técnico-científico de renomados cientistas sociais de países ricos como a Suécia, a Alemanha e a Noruega, surge como uma proposta de reestruturar a economia política do capitalismo,

apostando na hipótese de que é possível compatibilizar crescimento econômico com proteção ao meio ambiente.

FURTADO (1974), afirma que, quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos desenvolvimento. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade. A ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos de aumentar sua capacidade de ação.

O segundo refere-se ao significado de sua atividade, dos valores com que o homem enriquece seu patrimônio existencial. A criação de valores sociais, a percepção do mundo como uma construção coletiva, com processos equânimes de oportunidades, de distribuição de riquezas, de fato representam pilares fundamentais a um desenvolvimento considerado durável, justo, social e ecologicamente correto.

Da mesma maneira que o desenvolvimento tecnológico é um dos vetores fundamentais que possibilita o crescimento econômico e é, em grande parte, guiado pelo interesse privado em obter benefício econômico a curto prazo. Ambos os processos (crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico) são caracterizados por apresentar interdependência temporal, onde tanto a história quanto seus eventos e desdobramentos recentes são importantes.

A mudança do padrão tecnológico atual na direção de padrões tecnológicos que degradem menos o meio ambiente é uma condição necessária para que o crescimento econômico possa ser contínuo e que juntamente com uma distribuição mais igualitária dos benefícios desse crescimento caminhe na direção do desenvolvimento sustentável (VINHA, 2003).

LIMA (2003), afirma que à parte a própria contradição semântica do termo, a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo Relatório Brundtland¹, permite uma pluralidade de leituras que oscilam, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma

¹ A comissão Brundtland, presidida pela então primeira-ministra da Noruega Grø Harlem 1983, para estudar a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente e criar uma perspectiva para abordar essas questões. O Relatório “Nosso Futuro Comum” produzido pela comissão veio a público em 1987.

perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescenta uma variável ecológica.

Essa polissemia revela um curioso paradoxo de reunir, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa. Assim o ambientalismo empresarial surge como a mais nova vertente do movimento ecológico, promovendo um impasse ideológico entre duas racionalidades: a ambiental e a econômica mercantil.

BRUGGER (1994) aponta que é possível hoje, mais do que nunca, ocultar sob a fachada de um saber “técnico” uma decisão na verdade política. Da mesma forma, o universo da locução técnica serve para reproduzir e legitimar o *status quo* e repetir outras alternativas que porventura se coloquem contra ele.

CARVALHO (1999), desenvolve uma crítica mais detalhada sobre as principais expressões do discurso ecológico oficial, definido como aquele produzido pelas instituições governamentais nacionais e internacionais com intenção de regular e disciplinar as práticas ecológicas. Para ela, o discurso oficial pretende conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento industrial, dentro de um modelo capitalista.

Nessa ótica, os órgãos oficiais se esforçam para instituir uma interpretação da questão ambiental que possa aparecer como a “verdade” sobre o tema apresentada como um consenso mundial. A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, criaram-se no âmbito das Nações Unidas, mecanismos centralizados de disciplinamento e controle dos problemas ambientais que, por um lado, apresentavam a leitura correta do problema e, por outro lado, sugeriam a direção de sua abordagem e solução. Esses mecanismos, que demarcam as referências da questão ambiental, são fundados numa perspectiva liberal e nos valores da sociedade industrial.

A interlocução entre racionalidades diferentes perpassa pelo discurso e os meios de comunicação, como formadores de opinião, o legitimam. Segundo PORTO-GONÇALVES (2006), a palavra comunicação parece cada vez mais destituída de sentido quando separada da expressão meios de. A comunicação tornou-se efetivamente, uma indústria e a partir de então, só pode estar associada a meios, posto que sem eles não há comunicação.

Os donos dos meios de comunicação tornam-se, portanto, protagonistas privilegiados do processo de produção da subjetividade e já não podem mais ser vistos simplesmente como comunicadores que reportam que noticiam uma realidade que se lhes oferece, mas vistos sobretudo, como produtores de realidade, de tal sorte são parte interessada no mundo. Mais do que noticiar o que acontece, fazem acontecer.

A sedução do discurso ambiental, da ideologia verde, vem promovendo fenômenos até então inimagináveis às mais brilhantes mentes humanas. Os recursos naturais, concebidos pelo poder Divino de seu Criador têm uma profusão de neófitos “protetores”, que querem assumir sua “paternidade”.

A natureza despertou “magicamente” a benevolência, o altruísmo latente das pessoas, das empresas, das organizações sociais, dos governos de maneira que mesmo indiferente a tais acontecimentos, o planeta terra está sendo loteado não apenas no campo real e concreto, mas também na abstração subliminar do discurso, que antes mesmo que saibamos quais necessidades se farão importantes em nosso processo civilizatório, as mesmas são antecipadas, inventadas, não necessariamente sendo as que de fato precisaríamos, o que na linguagem capitalista é considerado o processo de antecipação de demandas.

PORTO – GONÇALVES (2006) afirma que a democratização dos meios de comunicação se coloca como fundamental para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo, até porque seu papel tem sido central naquilo que Felix Guatari chamou de fabricação capitalística da subjetividade. E. Thompson também nos alertara para o mesmo ao dizer que a geração pós-anos 60 é a primeira em toda a história da humanidade, em que a produção das necessidades escapa aos círculos societários primários, como a família, a comunidade e a vizinhança. Afinal, cada vez mais as necessidades são produzidas por meios que contam com sofisticadas técnicas de manipulação da subjetividade... O culto do individualismo e do consumismo se constitui nos pilares dessa subjetividade instrumentalizada que tem seus novos templos nos shoppings centers.

Uma sociedade individualizadora e consumista alimenta o processo criativo e destrutivo, presentes nas relações ambientais e sociais de forma a intervir na mobilidade das pessoas, determinando se as mesmas terão oportunidades de tornarem-se globalmente móveis ou glocalmente imóveis. Essa subversão contínua da produção,

esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distingue a época burguesa de todas as precedentes.

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que a substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas (HARVEY, 1989).

O discurso ambiental está construindo uma relação híbrida entre as questões ambientais e sociais. A partir do surgimento da variável ambiental, a preocupação com a responsabilidade social corporativa tornou-se inseparável de uma eficiente gestão ecológica. Interessante observamos que antes do surgimento das preocupações ecológicas, os indicativos sociais, e principalmente aqueles advindos das práticas trabalhistas e processos produtivos, não se faziam por si só motivos de preocupação para o setor produtivo. ALTVATER *apud* VINHA (2003) afirma que a questão ecológica é uma questão social e hoje a questão social só pode ser elaborada adequadamente como uma questão ecológica.

Para ZADECK (2006) o movimento da responsabilidade social evoluiu de uma discussão sobre o que as empresas não devem fazer para uma discussão sobre o que as empresas devem fazer. O mais importante é integrar práticas ambientais e sociais a seus modelos de gestão.

A preocupação com a responsabilidade corporativa tornou-se um imperativo para a empresa na preservação de suas relações comerciais, como também de concorrência, principalmente no que concerne à exportação de seus produtos. O lema que estabeleceu-se como resultado do discurso ambiental é “lucre com consciência”. Esta premissa evidencia a prioridade do lucro acima da consciência ambiental tão amplamente citada como uma expressão, quase um jargão que todos se acham em sua maioria, detentores.

Assim, para LAYRARGUES (1988) as evidências de que nos deparamos com um processo de apropriação ideológica são inumeráveis. Sugere-se de acordo com inúmeros autores, inclusive aqueles que se intitulam empresários verdes, que no final das contas, trata-se apenas da racionalidade econômica operando envolta sob uma nova aparência.

Vislumbram-se hoje, simplesmente, oportunidades de negócio diante desta nova variável no mercado – a ecologia. Não seria a consciência ecológica, mas a consciência econômica que teria levado o empresário a adjetivar-se de verde e criar o ambientalismo empresarial como a mais recente vertente do movimento ecológico. Se assim não fosse, não se poderia atualmente dizer que a questão ambiental seja uma oportunidade de negócios, mas sim uma ameaça ao empresário.

A ideologia verde entrelaça o termo consciência com ações, técnicas e estratégias, como se fosse possível a aquisição de uma conscientização socioambiental apenas por meio de atitudes parciais, estanques ao invés de processos coletivos de construção de significados, apenas adquiridos por intervenções educacionais, sociais, desde a formação do homem como sujeito, com respeito às diversidades culturais, em contrapartida ao modelo padronizador de comportamentos advindo da modernidade. Desta maneira, Porto-Golçalves (2006) revela que como se vê, estamos muito longe das respostas *à la carte*, que nos são oferecidas por um ecologismo ingênuo, embora muitas vezes bem intencionado, que a mídia manipula sabiamente.

1.2 Marketing Ambiental: O Lucro Pela Consciência e as Novas Denominações Para com o Meio Ambiente, Advindas da Ideologia Verde.

Poucos acreditam hoje em dia, que uma proposição verdadeira seja aquela que reflete objetivamente as coisas, cada vez mais se considera verdadeiro o que é argumentável diante de uma comunidade de especialistas. Isto é, a intersubjetividade substitui a objetividade. As construções não são mais ou menos verdadeiras num sentido absoluto de correspondência com a realidade, mas mais ou menos informadas, contrastadas, argumentadas. A Verdade, com maiúscula, é a melhor construção, a mais sofisticada (elaborada) sobre a qual há consenso numa época concreta (PÉREZ GOMES, 2001).

O discurso ambiental empresarial, legitimado pelos meios de comunicação, precisou de estratégias consistentes que servissem de sustentação ao seu processo de convencimento e sedução. Com o enfrentamento por parte das empresas, da redução no suprimento dos recursos naturais, são necessárias formas alternativas de satisfação dos desejos e a indústria atual funciona para a produção de atrações e tentações.

BAUMAN, (1999) entende que, para os consumidores da sociedade de consumo, estar em movimento – procurar, buscar, não encontrar ou, mas precisamente,

não encontrar ainda – não é sinônimo de mal-estar, mas promessa de bem-aventurança, talvez a própria bem-aventurança. Seu tipo de viagem esperançosa faz da chegada uma maldição.

Complementa BAUMAN (op cit.) que Maurice Blanchot notou que a resposta é o azar da pergunta; podemos dizer que a satisfação é o azar do desejo. Não tanto a avidez de adquirir, de possuir, não o acúmulo de riqueza no seu sentido material, palpável, mas a excitação de uma sensação nova, ainda não experimentada – este é o jogo do consumidor. Os consumidores são primeiro e acima de tudo acumuladores de sensações: são colecionadores de coisas apenas num sentido secundário e derivativo. Mark C. Taylor e Esa Saarinen resumem: O desejo não deseja satisfação; ao contrário, o desejo deseja o desejo.

Nesse sentido, percebe-se que a satisfação do consumidor na sociedade capitalista tem uma relação estreita com o processo de antecipação de demandas, onde as necessidades, até então não percebíveis ou sem importância, se impõem diante da vontade humana como princípios norteadores de comportamentos.

Desta maneira, diante do crescimento dos movimentos e “preocupações” ambientais, aconteceu o que SCHIFFMAN E KANUK (2000) apud PEREIRA (2004) consideram o “esverdeamento” do marketing ao constatarem que o movimento ambientalista em expansão foi apelidado de movimento verde; os consumidores com consciência ambiental foram chamados de consumidores verdes; produtos planejados para proteger o meio ambiente foram chamados de produtos verdes; e é claro o marketing que apela para reivindicações ambientais, de marketing verde.

Tal ideologia e suas novas terminologias para com o meio ambiente, faz-se presente na época atual como se inexistisse ou fosse possível apagar todo um histórico de destruição, descuido e maus tratos para com a natureza, principalmente resultante dos processos industriais, desde a revolução industrial. Inovar tornou-se um imperativo na modernidade industrial e tal apelo se fundamenta na mudança de padrões tecnológicos menos agressivos aos meios naturais.

Sobre esse aspecto, BECK, GIDDENS e LASH (1995) entendem que a mudança, impossível de ser detida e controlada, algo que parecia ser completamente inconcebível – e até blasfemo – em períodos anteriores, agora é tacitamente assumida,

uma certeza que merece ser questionada; ela torna-se a lei da modernidade a que cada um deve se submeter, sob o risco de morte política.

A mudança , quando relacionada à ideologia verde, “incorpora” uma nova roupagem; ela passa a ser concebida como consciência – antes de ser, de se tornar, é preciso demonstrar-se consciente. A consciência da consciência; a percepção de que é necessário propagar a consciência como um predicativo ao qual cada sujeito sintá-se detentor.

Para SCHWARZ apud OLIVEIRA (2003), nada ocorre sem a intervenção da consciência; porém, presente em tudo, mas enfeitiçada pelo interesse econômico, esta funciona naturalmente e sustenta o descalabro a que ela poderia se contrapor, caso crescesse e mutasse. A obtenção do lucro pelo capital vem sofrendo uma transmutação ideológica quando faz da conscientização ambiental seu principal pressuposto, o que para LAYRARGUES (1998) denota que o movimento ambientalista possibilita a manipulação discursiva em seu próprio seio, tornando imperceptíveis os paradoxos e contradições internas.

Impede-se que se vislumbre, por exemplo, que para atingir seus objetivos o movimento ambientalista depara-se diante de duas vertentes ideológicas que disputam entre si a legitimidade e a responsabilidade pela tutela do meio ambiente: a racionalidade econômica e a ecológica. Ambas defendem e reivindicam o reconhecimento de autoridade na enunciação discursiva, propondo ser a representante única, fiel e legítima do pensamento ambientalista, em plena elaboração teórica.

Complementa LAYRARGUES (1998) que o verdadeiro motivo da inserção empresarial no ambientalismo foi a necessidade de manutenção do modelo de desenvolvimento atual permanecer irreduzível em sua posição hegemônica e as empresas continuarem exercendo as mesmas margens de lucro. Por isso, o setor empresarial, sempre dependente das forças reguladoras do mercado que sustentam o funcionamento da economia, procurou exercer uma face ecológica para mostrar-se confiável, não ensejando necessariamente numa conscientização acerca da crise ambiental.

A crise ambiental à qual se refere o autor é fruto do modelo desenvolvimentista que, ao associar crescimento a desenvolvimento, não contabilizou ou mensurou os danos causados à natureza como efeitos de sua própria dinâmica. A busca de

“possíveis” soluções para a crise partiu do discurso ecológico, sendo a conscientização ambiental individual prevalecida em detrimento de uma visão coletiva dos problemas socioambientais.

Sobre esse aspecto, PORTO-GONÇALVES (2006) entende que o discurso do ecodesenvolvimento tem sido diluído, e por meio de verdadeiras voltas à razão se tem procurado ajustar as propostas ecologistas aos desígnios de uma racionalidade econômica crematística. Da crítica à própria idéia de desenvolvimento, tal como os ambientalistas a haviam formulado nos anos de 1960 e de 1970, se passou ao ecodesenvolvimento e depois ao desenvolvimento sustentável e, por esses tortuosos caminhos, a própria idéia foi ressuscitada e passados trinta anos da Conferência de Estocolmo e dez anos da do Rio de Janeiro, não só se têm intensificado os ritmos de exploração e transformação dos recursos, como têm surgido novas estratégias de intervenção na natureza, assim como novas manifestações de seus impactos e riscos ecológicos.

Tanto no senso comum como na retórica oficial se manejam conceitos antes reservados aos meios científicos e acadêmicos, terminologia está que se inscreve dentro de novas estratégias epistemológicas que alimentam uma ecologia política e políticas ambientais, onde se expressam e manifestam interpretações controversas e conflitos de interesses, assim como princípios e formas diferenciadas de reapropriação da natureza.

SACHS (2000) entende que a onda da conscientização ambiental é ainda mais recente – embora ela possa ser parcialmente atribuída ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e à descoberta de que a humanidade havia alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda vida do nosso planeta. Paradoxalmente, foi a aterrissagem na lua – outro feito técnico e científico grandioso – que despertou a reflexão sobre a finitude, do que então era denominado Espaço Terra. A opinião pública tornou-se cada vez mais consciente tanto da limitação do capital da natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito.

O marketing é a operacionalização do discurso; é o discurso posto em prática e o principal elemento de poder do discurso ambiental é a natureza que, antes vista como custo adicional, torna-se uma variável competitiva ímpar revolucionando os processos de produção das empresas que passam a atentar não somente para a evolução de seus

índices quantitativos, como também para um novo desenho qualitativo de suas atividades, diante do entendimento a nível global da biodiversidade como capital e da importância econômica do patrimônio natural.

Segundo HAWKEN e LOWINS (1999), uma importante indagação para a sociedade é se ela está disposta a deixar seu destino por conta de previsões do tipo “por enquanto tudo bem”, que presumem que não haverá nenhum problema ambiental significativo no futuro. A cada instante é mais necessário levar em consideração os possíveis declínios para que uma crise ambiental, caso ocorra, tenha o menor efeito possível. A dificuldade, aqui, é que o meio ambiente nunca “erra” deveras, simplesmente se altera de acordo com os princípios da natureza. Nesse contexto, o mais improvável cenário ambiental é o de que nada improvável há de acontecer. A maior surpresa não será uma surpresa. Embora seja insensato acreditar em qualquer projeção ambiental para o futuro, é importante ter em mente que a natureza dá o último chute e ela é a dona da bola.

A esse respeito, complementam os autores que, apesar de tudo quanto indicam certos sinais como o PIB ou a Média Industrial da Dow Jones, em última instância, não é senão a capacidade do mundo fotossintético e de seus fluxos nutrientes que determina a qualidade e a quantidade de vida na terra.

Até então, os abusos cometidos ininterruptamente durante toda a trajetória da cultura da cana-de-açúcar e os danos causados à natureza por seus processos produtivos eram alvo de medidas apenas corretivas, inexistindo a preocupação dos empresários canavieiros quanto à recuperação destes danos. O enfoque era compensatório, num processo conhecido como fim de linha, onde a poluição era causada para ser depois contornada (quando isto era possível).

Entretanto, paulatinamente tal cenário foi sendo modificado à medida que, aliada ao marketing, a regulação ambiental tornou-se um dos principais fatores que induzem as empresas a adotar uma postura menos agressiva ao meio ambiente. A preservação do meio ambiente não é o objetivo principal da empresa, sendo necessária alguma pressão para que mude seu comportamento em relação ao meio ambiente.

A regulação ambiental influencia no processo de seleção de inovações a serem adotadas, pois o mercado pode não ser capaz de fazê-lo, podendo o meio institucional também atuar nesse processo de seleção por meio de legislações, subsídios, créditos,

financiamentos e outros instrumentos. Os fatores institucionais são, portanto, importantes estímulos para as empresas realizarem investimentos ambientais (VINHA, 2003).

Para passar de produtor de açúcar e álcool a empresário de alimento e energia, o usineiro foi obrigado a se profissionalizar e ainda é neófito em administração moderna. O comportamento da usina tornou-se uma questão globalizada e uma condição para a realização de negócios. De acordo com a Revista *ÁLCOOL Bras* [Ed. 107/2008], o reflexo da cobrança internacional por práticas responsáveis e sustentáveis no mercado sucroalcooleiro será intensa a cada dia e somente as usinas com atitudes éticas e as melhores práticas sociais e ambientais, poderão tirar total proveito deste bilionário mercado.

A escolha ética dos empresários do setor sucroalcooleiro deve considerar igualmente os três tripés da sustentabilidade: economia, social e meio ambiente. Sustentabilidade e ética são os conceitos que determinarão a nova situação do setor de açúcar e álcool. Entretanto, a ética, sinônimo de competitividade no mercado transnacional, não pode ou, na verdade, não deve ser adotada por uma empresa apenas para atender uma necessidade mercadológica. Se assim o for, a ética nos negócios será mero discurso, desarticulado da prática cotidiana.

HAWKEN e LOVINS (1999) entendem que a eficiência econômica só pode ser um meio admirável se não perderemos de vista que ela não é um fim em si. Parte-se do princípio de que o mercado deve ser eficiente, não suficiente; agressivamente competitivo, não justo. Nunca se pretendeu que ele realizasse a comunidade ou a integridade, a beleza ou a justiça, a sustentabilidade ou o sagrado – e o mercado, por si só, não realiza nada disso. Para atingir o objetivo mais amplo de ser humana, a civilização inventou a política, a ética e a religião. Só elas podem definir as metas dignas dos instrumentos do processo econômico.

Desta maneira, o “economicismo” das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia (OLIVEIRA, 2003). Por ser ideologia, não há reconhecimento, se assim o fosse não a seria. A Ideologia Ambiental, na modernidade conceituada de marketing ecológico, aponta segundo BRUGGER (1994), que é possível hoje, mais do que nunca, ocultar sob a fachada de um saber “técnico” uma decisão na

verdade política. Da mesma forma, o universo da locução técnica serve para reproduzir e legitimar o *status quo* e repetir outras alternativas que por ventura se coloquem contra ele.

Assim, é problemático ter uma a visão alongo prazo que seja responsiva aos eventos futuros e os complemente. As empresas e os governos geralmente se esquivam da tarefa de planejar tendo em conta as questões relacionadas com as mudanças ambientais e sociais sempre visíveis no horizonte, pois os desafios e o tempo de modificação requerido em outras áreas são medidos em anos, quando não em meses. Contudo, qualquer tentativa de avaliar coerentemente o futuro sem levar em consideração o que está acontecendo com o capital natural e humano é um pensamento estratégico incompleto (HAWKEN e LOVINS, 1999).

CAPÍTULO II – CONSCIENTIZAÇÃO OU CONFORMIDADE AMBIENTAL NO SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO?

2.1 – Estrutura Organizacional e Produtiva

2.1.1 - Usina Capricho

Localizada no município de cajueiro, em alagoas, a Usina Capricho foi comprada no ano de 1935 por Cícero Cabral Toledo, José Cabral Toledo, Barnabé Toledo e Júlio Cabral Toledo. O Grupo Toledo possui, além da Usina Capricho, as Usinas Sumaúma (Marechal Deodoro – AL), Paísa (Penedo-AL) e, atualmente, a Usina Ibéria (Borá-SP). A Usina Capricho é a precursora do Grupo Toledo, seu parque industrial hoje está preparado para a moagem de 5.500 tc/dia, produz açúcares do tipo cristal, mel rico invertido (HTM) e melaço.

A Usina Capricho desenvolve a pecuária como atividade paralela. Possui um centro de produção de mudas, com 07 funcionários. São desenvolvidos 45 tipos de mudas nativas exóticas (dentre elas, destacam-se os ipês roxo, amarelo e rosa, o jatobá, a aroeira, o pau-ferro, a imbiriba, a sapucaia e o oiti).

O Centro fornece mudas para 16 usinas de Alagoas e algumas organizações não governamentais (ONG'S). As mudas destinam-se ao reflorestamento da mata ciliar. Pois, de acordo com o termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental – TAC, firmado pela Usina, em 10 anos tem de ser feito o reflorestamento das margens dos rios e da mata ciliar que protegem o rio.

A Usina cedeu 1 ha por família em um contrato de locação/empréstimo. Ao todo, são 55 ha e 50 famílias, sendo 5 ha para o laboratório Vivo. As famílias buscam “trazer a mata ciliar de volta”, plantando feijão, batata, inhame, milho, macaxeira e horta orgânica.

Segundo José Francisco da Silva (“coloral”), auxiliar de administração agrícola e ambiental, a horta orgânica é uma “contrapartida” da Usina, servindo de subsistência e alimentação às famílias assentadas, proporcionando uma renda de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Após a recuperação da área, o pessoal é deslocado para outra área a ser ocupada.

A bambuzeria ou laboratório Vivo funciona com pedidos de entrega. Todas as quartas feiras são vendidos produtos da horta orgânica, sem nenhum produto químico. A pulverização também é orgânica com folhas de neen, melão e o melaço. As entregas

fixas são feitas as sextas-feiras. A Usina também cedeu 5 ha de bambu para a bambuzeria.

Em relação às questões sociais, o Grupo Toledo possui o selo “Empresa Amiga da Criança”, da Fundação Abrinq, desde 2002. O título é resultado do trabalho que as Usinas desenvolvem com crianças e adolescentes, filhos de colaboradores e da comunidade, em creches, escolas e projetos sócio-ambientais. Além disso, é política do Grupo a não-contratação de menores de 16 anos.

Através de uma parceria com o Clube da Mulher do Campo, em Cajueiro – AL, a Comunidade de Tabuleiro dos Negros, em Penedo, beneficia cerca de 400 crianças das creches Isaura Toledo, Minha Casa, Lar Doce Lar e Lígia Toledo.

O incentivo ao esporte de dá por meio de patrocínio de times de infanto-juvenis dos municípios que abrigam as Usinas, como a Associação Esportiva Capricho, em Cajueiro - AL, e de ações de responsabilidade social, como o projeto Porta Aberta, que utiliza a prática esportiva como ferramenta de inclusão social.

Quanto aos projetos desenvolvidos, destacam-se o Porta Aberta, o Segundo Tempo e o Semeando Conhecimento. O projeto Segundo Tempo, em parceria com o governo Federal, atende a uma média de 240 alunos, nos dias de terça, quinta e sexta-feira. O Semeando Conhecimento promove EA (Educação Ambiental) para alunos das escolas do entorno da Usina e demais funcionários.

O projeto Porta Aberta é uma organização não governamental (ONG) que assiste mais de 350 crianças e adolescentes no município de Cajueiro - AL. Sua missão é descobrir talentos, informar, inserir e capacitar crianças e adolescentes em situação de risco. A iniciativa é apoiada pela Usina Capricho. Desenvolve as seguintes ações:

- Oficinas informativas de educação e saúde;
- Oficinas de arte e teatro;
- Atividades esportivas;
- Atendimento médico e assistencial a crianças e adolescentes portadores de deficiências;
- Acompanhamento e reforço da vida escolar de todos os participantes do projeto;
- Reuniões mensais com pais e responsáveis.

Clientela assistida: crianças e adolescentes residentes na cidade, independente de situação socioeconômica.

Dimensionamento:

- 100 participantes no voleibol e atividades sócio-educativas;

- 30 participantes de oficinas de teatro e atividades sócio-educativas;
- 22 participantes do futebol e atividades sócio-educativas;
- 27 portadores de deficiência com encaminhamento médico e realização de fisioterapia na sede do projeto.

A política sócio-ambiental do Grupo Toledo tem como base a preservação e a recuperação de Cadeias Ecológicas e dos Recursos Naturais e a educação ambiental para seus colaboradores e para as comunidades. As usinas do Grupo possuem seis Reservas de Patrimônio Permanente Natural (RPPNs) protocoladas no IBAMA e um Posto Avançado da Reserva da Biosfera, título concedido pela UNESCO. Além disso, disponibiliza áreas para a preservação de Mata Atlântica e realiza um importante trabalho de conservação e recuperação de mata ciliar.

Em parceria com o Instituto de Preservação da Mata Atlântica (IPMA), o Grupo Toledo abriga um Centro de Produção de Mudas, em Cajueiro, com capacidade para produzir um milhão de mudas por ano.

O trabalho de recuperação de mata ciliar com cultura de subsistência desenvolvido pela Usina Capricho foi apontado pelo Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL) como modelo para que o setor sucroalcooleiro local cumpra o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esse trabalho, que beneficia cerca de 200 famílias com geração de renda por meio do cultivo de feijão, milho e outras culturas, venceu diversos prêmios nacionais.

As ações de educação ambiental que o grupo realiza se dá junto às escolas dos municípios onde suas usinas estão implantadas.

Através de aulas realizadas por professores treinados pelo IPMA e uma equipe de coordenadores ambientais, as crianças aprendem como preservar a natureza adotando práticas como a reutilização de plásticos e papéis. O programa inclui ainda atividades fora das salas de aulas como o plantio de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica e a realização de feiras ecológicas.

A Educação Ambiental informal é realizada através da escola núcleo IPMA, por meio de seminários para agentes multiplicadores ambientais. A EA (formal) realiza-se na Escola Municipal Eustáquio Todelo Machado, nos horários de 8:00 às 12:00 hs; 14 às 17:00 hs; 19 às 21:30 hs, com grupos de flauta e percussão (á noite) e, pelo dia, esportes, xadrez, capoeira, caxixi, venda e oficina de berimbau (retira e repõe madeira).

A usina Capricho não possui um Sistema de Gestão Ambiental implementado porém, tem as seguintes certificações: - Reserva da Biosfera da UNESCO e o Selo

Verde. A certificação a ser alcançada, segundo o gestor Ambiental do grupo Toledo, Ivo Pepe, é a implantação do SGA.

2.1.2 – Usina Coruripe

Fundada em 1925, no município de Coruripe - AL, a Usina Coruripe é uma empresa familiar, de capital fechado, integrante do Grupo Tércio Wanderley, desde 1941. Tem como atividades a produção de açúcar, álcool e energia, através de suas quatro unidades: a Matriz, com sede em Coruripe - AL, e três filiais localizadas nos municípios de Iturama, Campo Florido e Limeira do Oeste, em Minas Gerais.

A Matriz - maior indústria produtora de açúcar e álcool do Norte / Nordeste - tem área de aproximadamente 36 mil hectares de terras próprias. Destes, 28 mil são utilizados para o cultivo da cana-de-açúcar e o restante são áreas de preservação ambiental. As filiais são também complexos industriais de grande importância para a região em que estão inseridas.

A empresa gera atualmente cerca de 7.000 empregos diretos e 35.000 indiretos. Investe no planejamento e execução de projetos educacionais, culturais e ambientais em parceria com autoridades locais, lideranças comunitárias, instituições sociais e de ensino.

A usina Coruripe produz açúcar cristal demerara com uma produção de 40.000 sacos/dia. Produz álcool (400.000 litros/dia) e gera energia (32 MW/H).

A empresa possui uma política ambiental própria onde segue os seus princípios fundamentado em um sistema de gestão que permita a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e o estabelecimento de objetivos e metas compatíveis com seus aspectos ambientais.

Atendendo a prevenção da poluição, e requisitos legais aplicáveis. Colaborar com a educação da comunidade. Disponibilizar esta política para todos os colaboradores, prestadores de serviços e aqueles que trabalhem em seu nome. Sua implementação vem ocorrendo no dia-a-dia esta política foi implantada de maneira formalizada a partir do ano de 2002.

Ações de Preservação Ambiental:

- programa de educação ambiental;
- monitoramento do rio Coruripe;
- repovoamento do rio Coruripe com espécies nativas da região;

- utilização de água, no processo industrial, em circuito fechado ;
- tratamento de efluentes líquidos da indústria e manutenção automotiva;
- gerenciamento e monitoramento de 100% dos resíduos sólidos;
- aproveitamento da torta de filtro na adubação;
- uso da vinhaça e água de lavagem da cana na fertirrigação;
- obtenção de créditos de carbono a partir da cogeração de energia;
- programas de desenvolvimento sustentável;
- preservação da reserva legal com 8 mil hectares de Mata Atlântica.

De forma sustentável preserva a natureza sem esquecer o social. Um exemplo dessas ações é o trabalho desenvolvido com as artesãs dos municípios de Coruripe e de Feliz Deserto. Nessas regiões o GTW reservou parte de suas terras para o replantio da palmeira de ouricuri e da taboa, espécies que servem como matéria-prima para confecção do belo artesanato que é exportado para outros continentes.

A área total do GTW destinada à preservação e ao reflorestamento da vegetação nativa é de mais de oito mil hectares. Dessa área, 288,56 ha foram transformados em duas RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural - junto ao IBAMA. Nessas terras estima-se que se encontre a maior concentração nativa de Pau-Brasil do país ainda virgem, com árvores com mais de 400 anos.

Suas atitudes em defesa do meio ambiente e do uso racional dos recursos biológicos fizeram com que a empresa fosse reconhecida internacionalmente. O Sítio do Pau Brasil, em Coruripe, recebeu um importante título da UNESCO: Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Outro reconhecimento importante foi o certificado ISO 14001 conquistado para todos os setores da Usina Coruripe Matriz, título este, que se destaca pelo seu pioneirismo no nordeste.

Preservar o meio ambiente através do reaproveitamento dos recursos renováveis é uma das filosofias do Grupo Tércio Wanderley. Num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, é preciso inovar. E é assim, sedimentado em projetos que buscam aliar qualidade, economia e ecologia, que o Grupo cresce. Projeto que a Coruripe Energética desenvolve com excelência, gerando energia elétrica a partir do bagaço de cana, um resíduo do processo industrial (biomassa).

A aplicação de recursos em projetos que visam o bem-estar de colaboradores e pessoas da comunidade sempre foi prioridade do comendador Tércio Wanderley. Ao longo de toda a sua vida, ele não mediu esforços para proporcionar melhores condições de vida à população. No início do século 20, durante a abertura de seu primeiro negócio

e quando nem se falava em legislação social, Tércio Wanderley já disponibilizava parte dos lucros aos que trabalhavam com ele.

Essa filosofia continua sendo seguida com rigor pelas gerações que administram o Grupo. Em todas as unidades destacam-se projetos nas áreas de saúde, educação, habitação e de proteção aos direitos da criança e do adolescente. São notáveis os prêmios recebidos como reconhecimento a essas iniciativas sociais como o 7º prêmio Ford 2002 de Desenvolvimento Sustentável e o prêmio Master Cana 2003 na categoria Responsabilidade Social.

Em Alagoas, é relevante o apoio a instituições que atuam na erradicação do trabalho infantil como o Basquete Cidadão que levanta a auto-estima de atletas carentes de Maceió e à Fundação Pró-Amor que oferece toda a estrutura necessária ao desenvolvimento intelectual de mais de 100 crianças. Nas unidades de Minas Gerais, o Grupo também atua em parceria com as comunidades nas quais está inserido. Ações como o projeto No Mundo do Caninha, Oriente seu Futuro, Associação de Handebol de Iturama, Florescer, Flores ao Campo e Aprendendo e Construindo são alguns exemplos do compromisso do Grupo com o social.

Investindo no planejamento e execução de projetos educacionais, culturais e ambientais em parceria com autoridades locais, lideranças comunitárias, instituições sociais e de ensino, tais como:

- Esporte: Através da prática do esporte, busca-se resgatar a auto-estima dos participantes e proporcionar novas oportunidades para crianças e adolescentes em diversas modalidades.
- Educação: Os investimentos em educação, na forma de parceria, visam oferecer proposta pedagógica de educação infantil, além de proporcionar programas de saúde e lazer às crianças matriculadas nas creches.
- Cultura: Por intermédio da música, busca-se integrar e desenvolver intelectualmente os jovens. No projeto "No Mundo do Caninha", a criatividade e o senso crítico dos estudantes são incentivados, através da criação de gibis e participação em concursos de redação.
- Meio Ambiente: A empresa atua na conservação da Mata Atlântica e no uso sustentável de recursos naturais. Em 1997, dentre outras ações de

desenvolvimento, reservou parte de suas terras (300 hectares) para o replantio da palmeira de ouricuri, com o objetivo de garantir matéria-prima para as artesãs locais, diminuindo, assim, o extrativismo predatório. Este projeto é parte integrante de um programa de responsabilidade sócio- ambiental mantido pela Empresa, e visa a qualificação profissional das mulheres que encontram nos recursos naturais uma forma de trabalhar e manter suas famílias.

- Compromisso com a criança e o adolescente: A usina Coruripe erradicou o trabalho infantil em toda sua órbita de influência. A empresa promove ações que garantem a permanência da criança na escola, além de contribuir para o fortalecimento do Fundo da Infância juventude, da região onde está inserida.

Para a usina, ser previdente em relação ao futuro é uma forma de pensar estrategicamente; é visão de longo prazo, garantia de sobrevivência, expansão e conquista de mercado.

2.1.3 – Usina Seresta

As Usinas Reunidas Seresta S/A encontra-se localizada no município de Teotônio Vilela, Alagoas. Possui um total de 11.871,89 Há de terras cobertas com cana-de-açúcar, sendo 5.978,44 Ha próprias e 8.893,45 Ha arrendadas.

Por estar localizada em uma região onde predomina o minifúndio, a Seresta possui ainda aproximadamente 350 fornecedores de cana que são responsáveis pelo fornecimento de 30% da matéria prima.

A empresa possui uma capacidade Instalada para moer 1.400.000 toneladas de cana ano, entre setembro a março. Apesar de ousada, estamos investindo para atingir esta meta até a safra 2011/2012. O desafio é grande, pois estamos em uma região tendendo para o agreste, de solos arenosos e com baixa produtividade.

Este quadro vem sendo modificado com investimentos em projetos de irrigação e armazenamento de água. Na última safra, atingimos uma moagem de 1.108.000 toneladas, representando uma operacionalidade de 80 %.

Implantamos na safra 2007/2008, 1500 Há de irrigação por gotejamento que representara um acréscimo de em torno de 80.000 toneladas de cana a partir da safra 2008/2009.

As Usinas Reunidas Seresta S/A, conta com um quadro fixo de colaboradores em torno de 1.050, sendo 500 na área urbana e 550 na área rural. Durante a safra este numero passa para aproximadamente 2.500 com a contratação de cortadores de cana, auxiliares dos processos de mecanização, laboratoristas e ajudantes em geral.

A empresa é auto-suficiente em energia elétrica e vem investindo neste setor para suprir as necessidades dos projetos de irrigação e exportação se for o caso. A automação industrial é uma das metas que vem avançando dentro do possível e da disponibilidade de recursos.

A Seresta S/A foi fundada no inicio da década de 70, portanto atuando há mais de 30 anos. Quanto à estrutura organizacional, no passado,

O programa se expandiu e conseguiu atingir vários setores do município além das escolas já citadas. Possui também uma programação anual de treinamentos que contemplam os temas gestão e educação ambiental o que consiste em aulas teóricas seguidas de vivencias em ambientes naturais, ou seja, aulas de percepção e sensibilização ambiental em trilha de mata nativa na Reserva Madeiras e na RPPN Gulandim.

Durante a elaboração do plano de manejo da RPPN Gulandim foram realizadas pesquisas socioeconômicas, seminários e oficinas participativas com as comunidades do entorno das reservas ecológicas, além de trilhas interpretativas para o desenvolvimento da percepção e sensibilização ambiental com os residentes. Visa-se a implantação do projeto de inclusão social que irá demandar uma programação de cursos junto ao SEBRAE, envolvendo a comunidade do entorno no que se refere a inserção desses moradores no mercado de trabalho e cadeia produtiva. Ainda está se firmando e consolidando ações junto às associações dos povoados da região. Dois bons exemplos são: apoio que a usina dá para a Associação das Costureiras do Povoado Alto do Garrote; e a Associação dos Artesãos do Povo Alto do Gulandim.

O programa de educação ambiental desenvolve e apóia atividades como amostras ambientais, oficinas de arte, palestras, formações continuadas para professores, trilhas interpretativas e seminários com as Escolas Francisco Severiano da Trindade que fica localizada nas proximidades da RPPM Gulandim, com um total de 730 alunos, escola Dom Avelar Brandão Vilela que atente a 1500 alunos e que em parceria com a usina trabalha na implantação do projeto de papel artesanal e a Escola Estadual Pedro Joaquim de Jesus onde funciona o curso técnico de agroturismo, a empresa ainda, mediante minuta contratual disponibilizou bolsas para os professores que apresentassem projetos com viabilidade para serem desenvolvidos e ainda ofereceu

espaço para estágios nas áreas de interesse dos alunos do curso. As demais instituições de ensino do município ficam disponibilizadas às reservas para as atividades de percepção e sensibilização ambiental, além de palestras sobre temas ambientais quando previamente solicitadas.

As ações do programa de educação ambiental também se estendem ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, onde o público alvo se concentra nas camadas da população de maior vulnerabilidade social, esse público se constitui de crianças, adolescentes, adultos e idosos. A empresa disponibiliza técnicos como biólogos e geógrafos para as palestras requisitadas e visitas às reservas para trilhas interpretativas, buscando desenvolver a percepção e sensibilização ambiental. Existe também uma programação direcionada ao Pró-jovem Adolescente, grupo que se constitui de 200 jovens com faixa etária entre 15 a 17 anos, o Pró-jovem é um serviço ofertado pelo Ministério do Desenvolvimento social - Governo Federal, as vivências em ambientes naturais complementam e atendem ao módulo de educação ambiental.

A Usina Seresta associou-se à Instituição Fundação Abrinq, adotando práticas e normas conforme a lei, como isso, foi condecorada com o selo " Empresa Amiga da Criança". Esta condecoração representa a adesão voluntária da Seresta a um código de conduta socialmente responsável, e revela ao firmar compromisso da empresa com a erradicação do trabalho infantil. O selo é mantido desde 1999 até os dias atuais, onde a empresa assume compromisso em benefício da infância e adolescência, realizando ações sociais para o público interno e comunidade, promovendo a defesa dos direitos e exercício da cidadania.

O transporte escolar contribui para o desenvolvimento da educação dos filhos dos seus colaboradores, a empresa oferece ônibus para os que cursam o ensino fundamental e médio em escolas da cidade de São Miguel dos Campos. Subtraindo desta fórmula, entre as famílias em questão, os custos empregados no ensino mais aprimorado. A Usina mantém este trabalho sócio-educacional há 10 anos como uma forma de colaborar na construção de cidadãos mais qualificados e preparados para o futuro, tanto, no âmbito escolar como profissional.

Algumas doações efetuadas pela empresa à Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela e ao governo do Estado de Alagoas.

- Hospital Nossa Senhora das Graças;
- Terreno com 150.000 m² para a construção do Conjunto Nossa Senhora de Guadalupe;

- Terreno com 100.000 m² para a construção do Conjunto Juarez Orestes G. de Barros;
- Terrenos com 100 m² para construção do Conjunto Frei Damião;
- Terreno com 50.000 m² para construção do Ginásio de Esportes O Senadinho, Estádio O Pereirão e mais um Campo de Futebol;
- Terreno com 2.800 m² para construção do segundo Ginásio de Esportes da cidade;
- Terreno com 10.00 m² para a construção da Escola Estadual de Ensino Médio.

Além dessas doações, a Usina Seresta recentemente cedeu à prefeitura de Teotônio Vilela a Creche Yeda Gomes de Barros com todo seu mobiliário, beneficiando diretamente 120 crianças.

2.1.3.1- Pesquisas Científicas apoiadas pela Seresta

A pesquisa científica é de crucial importância para o entendimento do Bioma Mata Atlântica do Nordeste Brasileiro e principalmente em Alagoas que é um dos estados brasileiros onde esse Bioma foi mais afetado, devido ao desenvolvimento da agricultura da cana-de-açúcar. A Usina Seresta está inserida em uma região de transição entre a zona da mata e agreste alagoano no município de Teotônio Vilela.

Com a fragmentação desse Bioma, estão sendo realizados em poucas áreas do Estado de Alagoas e limitando-se aos fragmentos pertencentes às usinas canavieiras.

A Seresta vem apoiando a pesquisa desde o ano de 2006 com alunos provenientes da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e com a parceria do Museu de História Natural de Alagoas (MHN), desenvolvendo trabalhos de monitoramento de fauna, análise de populações, acompanhamento e diagnóstico de reflorestamento de espécies da flora nativa da região.

Desde o início do apoio a pesquisa já foram realizadas oito trabalhos voltados para o meio ambiente científico como, por exemplo, o mapeamento de anfíbios anuros da Reserva Madeiras onde foram encontradas 24 espécies de anfíbios divididos em 6 famílias e a catalogação de morcegos encontrados nas Reservas Madeiras e RPPN Gulandim.

Algumas pesquisas também foram realizadas como trabalhos de conclusão de curso e para publicações em congressos que são realizados por todo o Brasil. Como o Congresso Brasileiro de Mastozoologia realizado no mês de setembro de 2008 em São Lourenço - MG e o Congresso Acadêmico realizado em outubro de 2008 pela Universidade Federal de Alagoas.

É oportuno lembrar que no final de outubro de 2007, a Reserva Madeiras já havia recebido o título de Posto Avançado Menestrel das Alagoas, conferido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A proposta foi apresentada por Geraldo Gomes de Barros Neto (Diretor) e aprovada por representantes de todo o Brasil, num Congresso realizado em Vitória entre os dias 22 e 26 de outubro.

O evento para a certificação foi planejado e realizado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Comitê Estadual de Alagoas, as Usinas Reunidas Serestas e Sindaçúcar - AL, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), em decorrência da sua importância, a solenidade foi prestigiada pelo governador do Estado, Teotônio Vilela Filho, Cleyton Ferreira Lino, presidente nacional do Conselho Nacional da RBMA, secretários de Estado, empresários, ambientalistas, técnicos, representantes do município de Teotônio Vilela, colaboradores da Seresta e imprensa local, entre os presentes, de acordo com Elias Vilela, os dois maiores responsáveis pela certificação - Cariolando Guimarães de Oliveira e Geraldo Gomes de Barros Neto.

2.1.4 – Usina Guaxuma

Situada no município de Coruripe, próxima ao litoral, a Usina Guaxuma fundada no ano de 1974, é a maior do Grupo João Lyra. localizada no município de Coruripe, nos Tabuleiros (Planaltos) da Região Sul do Estado de Alagoas, é considerado um dos melhores locais para o cultivo de cana-de-açúcar. Unindo a característica do solo e a alta tecnologia empregada no processo industrial, Guaxuma apresenta um dos maiores índices de produtividade. A usina é responsável pela produção de um milhão e setecentas mil toneladas de cana. Guaxuma possui 23 mil hectares, dos quais seis mil destinados à reserva de Mata Atlântica uma das maiores da região. Pelo trabalho desenvolvido, destaca-se também por ter sido a primeira unidade sucroalcooleira do mundo a conquistar a ISO 14.001, na mesma também fica localizado o santuário ecológico do jacaré-do-papo- amarelo, onde é desenvolvido um trabalho de preservação da natureza reconhecido pelos órgãos e instituições de defesa do Meio Ambiente, neste

fica um complexo lagunar formado por cinco lagoas, (lagoa Escura, Vermelha, Do pastor, e lagoa do Poxim), nesta reserva é desenvolvido o programa social de apicultura, a Botânica sagrada com ervas medicinais, para distribuição, viveiro de mudas essência nativa para reflorestamento e distribuição, Esta reserva também é utilizada pelo Instituto de Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, para soltura de animais silvestres recuperados pelo instituto.

Com 23 mil hectares de área, dos quais 12 mil irrigados e uma reserva de mata atlântica de 5,8 mil hectares, a usina Guaxuma, localizada no município de Cururipe, em Alagoas, é responsável por uma produção de 1,5 milhão de toneladas de cana e 3,7 milhões de sacas de açúcar de 50 kg cada. Sua extensão e produção de alto nível, que atende ao mercado nacional e internacional, situa-se entre as maiores unidades do grupo e lhe garante posição de destaque no setor.

Em uma área com 5,8 mil hectares na Usina de Guaxuma, no município de Coruripe, está o Santuário Ecológico do Jacaré-de-papo-amarelo, criado pelo Grupo João Lyra para a preservação e conservação desse tipo de réptil, ameaçado de extinção devido à caça ilegal e perda de habitat natural.

O Santuário, onde se encontra uma das maiores concentrações desse animal no país, é utilizado, também, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) para a soltura de outras espécies de animais silvestres recuperados pelos seus agentes.

A Usina Guaxuma dispõe da seguinte estrutura organizacional:

Presidente (AA) - pessoa designada com autoridade para assegurar a disponibilidade de recursos essenciais para estabelecer, implementar, manter e melhorar o Sistema de Gestão Ambiental da empresa.

Diretor (AA) - pessoa designada para levar informações relevantes ao presidente sobre os principais fatos relativos ao Sistema de Gestão Ambiental responsável pela análise crítica da Política Ambiental, junto com o Comitê Gestor, bem como, garantir a implementação do Sistema de Gestão Ambiental.

Gerente Geral (RA) - pessoa designada com a responsabilidade e autoridade para implementar e garantir a manutenção e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental da empresa, que atenda aos requisitos declarados neste manual, e por coordenar a análise crítica do Sistema de Gestão Ambiental!

Controle de Qualidade Ambiental (C.Q.A.) - formado por facilitadores que auxiliam nas atividades diárias ligadas ao SGA, requisitos legais, treinamentos, controle

de documentos e dados, elaboração e manutenção de procedimentos mandatórios, monitoramentos, ações corretivas e preventivas, auditorias do SGA, apoio para realização da análise crítica.

Comitê Gestor CG - formado pelos gerentes e pelo representante da administração, Os gerentes são responsáveis por assegurar que a Política Ambiental seja comunicada, implementada e mantida por todos os colaboradores sob sua liderança, e suas demais responsabilidades estão definidas nos procedimento instruções de trabalho e na matriz de responsabilidades e autoridades.

Comissão Técnica (CT) - formada pelos engenheiros e supervisares de todas as áreas da unidade são responsáveis em facilitar a implementação da Política Ambiental e dos documentos do SGA, demais responsabilidades estão definida nos procedimentos e instruções de trabalho e na matriz de responsabilidades e autoridades.

A preservação ambiental é um compromisso que está dentro do modelo gerencial do Grupo João Lyra, valorizando a convivência harmoniosa entre o homem e o Meio Ambiente como a condição vital para geração de riquezas, o desenvolvimento sustentável e a sobrevivência das futuras gerações. Em consequência das suas ações a organização conquistou prêmios municipais, estaduais e nacionais, “ Prêmio Verde” nos anos (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 da secretaria de Meio Ambiente do município de Coruripe), CNI 2002, categoria "Ecologia", modalidade" Educação Ambiental" e o prêmio Super Ecologia 2003 promovido pela revista Superinteressante, categoria "Fauna".

A política Socioambiental do Grupo João Lyra tem como objetivo maior melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores e comunidade circunvizinha, preservar *elou* conservar o Meio Ambiente, ou seja, compromisso com as atuais e futuras gerações.

2.1.4.1 - Ações da Organização

- Educação ambiental (colaboradores e escolas, comunidade em geral);
- Circuito fechado, para reaproveitamento de águas de processo (efluentes industriais);
- Geração de energia (coogeração), através do resíduo bagaço de cana como combustível, essa energia é para o próprio uso e o excedente é vendido à concessionária.

- Lavadores de gases (equipamento que retém os resíduos das emissões), nas chaminés.
- Tratamento de efluentes industriais;
- Implantação da Coleta Seletiva;
- Aproveitamento dos efluentes gerado na indústria (águas de processo e vinhaça), para irrigação da cana-de-açúcar, chamamos de Fertirrigação, devido efluente possuir matérias orgânicas benéfica ao solo.
- Produção de adubo orgânicos, através dos resíduos gerado no processo, uma mistura dos resíduos (bagaço de cana-de-açúcar, cinza das caldeiras, lodo dos decantadores, torta de filtro), esse composto orgânico é utilizado para adubação da própria cana, substituindo outros adubos;
- Venda de resíduos a fornecedores aprovados pelo Controle de Qualidade Ambiental- CQA, resíduos (óleo fúsel, óleos usado, papéis, papelões, plásticos, e outros);

Número de funcionários:

Média de 1.300 colaboradores na (entressafra), entre rurais e urbanos e 2.500 colaboradores (safra).

Há seis anos, a primeira usina a ser certificada da ISO 14001:2004 9Sistema de Gestão Integrada). Também possui as certificações Reserva da Biosfera e Selo Verde.

2.2- Análise das Certificações e Premiações

USINA	CERTIFICAÇÕES	PREMIAÇÕES	SGA
Capricho	<ul style="list-style-type: none"> • Reserva da Biosfera da UNESCO • Selo Verde • Empresa Amiga da Criança – Fundação Abrinq 	Nenhuma	Sem SGA
Coruripe	<ul style="list-style-type: none"> • ISO 14001 • Título de Posto Avançado da Mata Atlântica pela 	<ul style="list-style-type: none"> • 7º Prêmio FORD de Conservação Ambiental • Premio Vida 	• Com SGA

	<p>UNESCO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reserva Particular do Patrimônio Natural do Ministério do Meio Ambiente 	<p>Verde da Prefeitura de Coruripe</p> <ul style="list-style-type: none"> • Premio Fersucro • Prêmio Empresa Sustentável • Prêmio Verde das Américas, na Categoria Desenvolvimento Sustentável. • Prêmio Amanco por um Mundo Melhor 	
Guaxuma	<ul style="list-style-type: none"> • ISO 14001 - ABS - 2002 - BVQI - Primeira usina do mundo a receber essa certificação. • ISO 14001 - 2004 - Recertificação em julho de 2005. Também a primeira usina do mundo a ser recertificada. • Selo Abrinq - Empresa Amiga da Criança – 2001 • Selo MAB - Man and the Biosphere, Programa Homem e Biosfera, da UNESCO - Postos Avançados da 	<ul style="list-style-type: none"> • Prêmio CNI Nacional e Estadual, 2002, categoria Ecologia, na modalidade Educação Ambiental. • Prêmio Super em Ecologia, da revista Superinteressante, na categoria Fauna - 2003. • Prêmio Verde, do IMA/AL - 2002 . • Prêmio Mastercana, nacional e Nordeste - 7 	<ul style="list-style-type: none"> • Com SGA

	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – 2004	<p>prêmios de 2001 a 2005.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prêmio Nordeste Biociência Ecologia - 2001. • Prêmio Vida Verde Ecologia. • Prêmio Destaque Brasil Agro no setor Sucroalcooleiro – 2003 • Prêmio Empresa Amiga do Trabalhador - Ministério do Trabalho e Emprego - 2002. 	
Seresta	<ul style="list-style-type: none"> • Reserva Madeiras • Posto Avançado Menestrel das Alagoas • Empresa Amiga da Criança – Fundação Abrinq 	<p>Convênios/Pesquisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UNEAL • UFAL • UFRPE – Universidade Federal Rural de Penedo • Museu da História Natural de Alagoas (MHN) 	Sem SGA

2.3 – Gestão da Responsabilidade Social Corporativa

2.3.1 – Gestão Ambiental Empresarial

O atraso no estabelecimento de normas ambientais e agencias especializadas no controle da poluição industrial demonstra que, de fato, a questão ambiental não figurava entre as prioridades de política pública. Até a década de 1970, não existia um órgão especificamente voltado ao controle ambiental. Somente em 1973 a questão ambiental passou a ser tratada com uma estrutura independente, seguindo a recomendação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Criou-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA (Decreto nº 73.030) vinculada ao Ministério do Interior. A estrutura do sistema de gestão ambiental tornou-se modelo a experiência norte-americana, caracterizada por dois elementos básicos: um regulatório, baseado nos instrumentos de comando e controle, favorecendo a regulação direta das empresas e, por isso, demandando recursos humanos e técnicos para o controle que, no caso brasileiro, estão muito acima das disponibilidades dos órgãos fiscalizados (MAY; LUSTOSA e VINHA, 2003).

Tal atraso justifica-se pelo fato de que a preocupação com o meio ambiente, dentro a trajetória da industrialização no Brasil, não se fez primazia, por parte do poder público constituído. Aliada a tal fato, uma transferência, uma transferência de poder ou de atribuições da esfera pública para a privada é percebida diante da ampliação do nível de descentralização, aumentando a auto-regulação das empresas, empresas estas que investem em sua própria regulação não apenas pelas pressões legais, mas também e fundamentalmente pela competitividade advinda das exigências estabelecidas pelo comércio internacional.

Complementam MAY LUSTOSA e VINHA (2003) que a regulação ambiental é um dos principais fatores que induzem as empresas a adotar uma postura menos agressiva ao meio ambiente. A preservação do meio ambiente não é o objetivo principal da empresa, sendo necessária alguma pressão para que mude seu comportamento em relação ao meio ambiente. A regulamentação ambiental influencia no processo de seleção de inovações a serem adotadas, pois o mercado pode ser capaz de fazê-lo, podendo o meio institucional também atuar nesse processo de seleção por meio de legislações, subsídios, créditos, financiamentos e outros instrumentos. Os fatores

institucionais são, portanto, importantes estímulos para as empresas realizarem investimentos ambientais.

Segundo a Agenda de Conformidade Ambiental da Indústria Paulista – FIESP/CIESP, distinguem-se quatro estágios diferenciados de abordagem ambiental nos negócios:

1. Conformidade Legal: de caráter obrigatório, compreende o atendimento a exigências ambientais estipuladas em legislação. Pressuposto para a sobrevivência empresarial também alicerce para as ações de responsabilidade social. As atividades propostas para este estágio voltam-se para a capacitação, organização de base e institucional compatíveis com a realidade empresarial que resultem na eco-conformidade legal, atual ou prospectiva.
2. Conformidade Normativa: corresponde ao atendimento voluntário às exigências estabelecidas em normas técnicas ambientais de gestão e de processos, com eventuais certificações. Esse entendimento, embora facultativo, constitui pressuposto básico a inserção competitiva no mercado. As atividades destinadas a eco-conformidade normativa possuem dois enfoques: participação efetiva, na elaboração de normas técnicas e apoio técnico na adoção de normas ambientais.
3. Ecoeficiência: contempla a adoção de processos de produção em conformidade com os requisitos ambientais, considerando a avaliação dos impactos no meio ambiente, a mensuração dos respectivos custos ambientais e o princípio de melhoria contínua como fatores diferenciais. As atividades estão voltadas ao estabelecimento de mecanismos de prospecção, transferência e aplicação de tecnologias mais limpas, de prevenção à poluição e de contabilidade ambiental.
4. Econegócio: refere-se à inserção em mercados de padrões de consumo ambientalmente responsável, a partir de pesquisa, geração ou fornecimento de produtos e serviços sustentáveis que incorporem saltos tecnológicos significativos para a conservação ambiental. As atividades propostas para este estágio concentram-se na prospecção de produtos e serviços e no desenvolvimento de procedimentos e processos tecnológicos que estimulem, intensifiquem e expandam essa alternativa de negócio.

A tecnologia e a inovação tornaram-se os pilares desta nova dinâmica no sistema produtivo. Já não é mais contra a natureza que devemos lutar (sei que é de luta contra a natureza que se deveria tratar) mas sim, contra os efeitos da própria intervenção que o próprio sistema técnico provoca. Lembremos aqui a fina observação do geógrafo Milton Santos, quando nos chama a atenção que não há sistema técnico dissociado de um sistema de valores e, assim, sinaliza para que não o reifiquemos afirmando uma ação do sistema técnico como se ele se movesse por si mesmo, sem ninguém que o impulsionasse (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A confiança depositada incondicionalmente na técnica, pela ciência como representante do progresso e garantia de um futuro promissor para a humanidade não corresponde às expectativas a ela atribuídas, principalmente no que concerne os cuidados para com os recursos naturais. Entretanto, PORTO-GONÇALVES (op. cit.) considera que à medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo científico, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passou a comandar os processos de normatização (candidamente chamados normas de qualidade).

Tais processos normativos, embasados nos avanços tecnológicos e em sua aplicabilidade ou inovação, são instrumentos de poder para o setor produtivo, pois que o substancia no quesito competitividade, seja em suas práticas de produção ou no resultado final de seus produtos. PORTER e VAN DER LINDE (1999) entendem que, se a tecnologia, os produtos, os processos e as necessidades dos clientes fossem fixas, a conclusão de que a regulamentação eleva os custos seria inevitável. Mas as empresas operam no mundo real da competição dinâmica, não no mundo estático da teoria econômica. Continuadamente descobrem soluções inovadoras para pressões de todos os tipos impostas pelos concorrentes, pelos clientes, pelos reguladores.

Neste “mundo real” de competição, a natureza, como variável competitiva, fez suscitar a gestão ambiental enquanto contexto a ser percebido e posto em prática, através de estratégias consistentes não só no âmbito econômico e financeiro, mas também no âmbito organizacional representando novas inter-relações entre a empresa e seus pares. A Norma ISO/WD14031 define desempenho ambiental como resultados obtidos com a gestão dos aspectos ambientais da organização. Ou seja, resultados obtidos na gestão das atividades, produtos e serviços da empresa que podem interagir com o meio ambiente. Assim, o desempenho ambiental é o resultado ambiental efetivo

apresentado pela empresa, sendo função do nível de conformidade por ela conquistado e da forma como assegura esta conformidade. A empresa estará em conformidade com os requisitos legais se atender a todas as exigências da legislação ambiental aplicáveis. Mas poderá apresentar, ao mesmo tempo, conformidade com os requisitos chamados corporativos, se alcançar metas adicionais auto-estabelecidas de qualidade ambiental (ALMEIDA, MELO e CAVALCANTE, 2000).

Gestão ambiental é a forma pela qual a empresa se mobiliza, interna e externamente, na conquista da qualidade ambiental desejada, para atingir a meta, ao menor custo, de forma permanente, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é a estratégia indicada ((ALMEIDA, MELO e CAVALCANTE, op cit).

O Sistema de Gestão Ambiental – SGA envolve uma estrutura organizacional, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos, os recursos que subsidiarão a política ambiental da empresa segundo a NBRISO 14001.

Quando de sua implementação consta de quatro (04) fases: 01 – definição e comunicação do projeto (é gerado um documento de trabalho que irá detalhar as bases do projeto para implementação do SGA; 02 – planejamento do SGA (é feita a revisão ambiental inicial, planejando-se o sistema); 03 – instalação do SGA (é realizada a implementação do SGA); 04 – auditoria e certificação. Qualquer empresa pode implementá-lo o que possibilitará inúmeras vantagens competitivas e dentre elas, podemos pontuar segurança, qualidade, economia, imagem, melhora no processo, oportunidades futuras e possibilidades de financiamentos.

Para PORTER e VAN DER LINDE (1995) apud LAGES e Lopes (2003) pode existir uma convergência entre economia e ecologia, ou seja: ser ecologicamente correto não implica ser não-competitivo.

A ideologia verde é justamente a afirmação de que ser competitivo é demonstrar-se verde. Ou seja, é necessária a compreensão de que toda empresa enquanto competitiva tem que refletir por definitivo uma postura ambientalmente equilibrada em todos os itens que compõem sua estrutura produtiva organizacional. O que torna a gestão ambiental uma teia de relações e processos contínuos sempre atentos às novas demandas e exigências legais, mercadológicas, ambientais e sociais.

O Setor Sucroalcooleiro, em particular, o alagoano, vem passando por transformações significativas desde a perda da benevolência do I.A.A e de seu processo de reestruturação produtiva. A atividade canavieira ficou concentrada em grandes grupos que detêm o monopólio da produção de açúcar, álcool e seus derivados, em território alagoano.

O meio ambiente para muitos representa o elo que possibilita uma transição paradigmática do chamado comportamento “reativo” para o comportamento considerado “ético-ambiental”. Até então, os danos causados aos recursos naturais oriundos da cultura da cana-de-açúcar, muitas vezes citados como “acidentes”, quase sempre com reincidências, apenas eram alvo de autos de multa, quanto do registro de ocorrências.

LAGES E LOPES (op cit.) apontam que a exigência do mercado mundial quanto ao componente qualidade ambiental, é hoje uma realidade crescente, as empresas podem, desta forma, obter ganhos de competitividade pela adoção de uma imagem voltada ao bom trato com o meio ambiente.

Mesmo diante das exigências contemporâneas a nível global ou local, quanto ao desempenho ambiental equilibrado, nem todas as usinas alagoanas dispõem de SGA (Sistema de Gestão Ambiental) implementado. Muitas ainda estão apenas com o processo de SGA (Sistema de Gestão de Qualidade) vigorando. Mesmo assim, possuem várias certificações tais como: Reserva da Biosfera da UNESCO e Selo Verde.

Os usineiros, agora denominados empresários de alimento e energia acham-se “envoltos” sob a bandeira do desenvolvimento sustentável e, sob a possibilidade de perderem espaço no mercado mundial do açúcar e etanol, não apenas precisam realizar uma gestão empresarial de custos e preços menores, mas também promover a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento social. Sobre este aspecto, MAY, LUSTOSA e VINHA (op. cit) entendem que na década de 1990, observou-se que as empresas no Brasil fossem nacionais ou estrangeiras, tomaram uma posição mais proativa em relação ao meio ambiente. A questão ambiental ganhou espaço nas preocupações sociais das empresas.

Ao perceberem o crescente interesse e preocupação da sociedade com o meio ambiente, as empresas buscaram se inserir no contexto dos agentes participantes das mudanças em resposta aos anseios da sociedade. Um dos fatores que contribuiu para as

empresas tornarem-se mais proativas foi a diminuição da capacidade financeira do Estado e do descrédito na sua agilidade para solucionar problemas sociais relevantes. A reboque do vazio deixado pelo Estado, aproveitando para melhorar sua imagem e ter o reconhecimento da sociedade de ser um ator-chave no processo de transformação, as empresas passaram a investir em programas ambientais de cunho social.

A lacuna deixada pela inoperância estatal caracterizada por seu descrédito diante dos atores sociais reflete cada vez mais a perda, assumida e legalizada do poder de intervenção da esfera pública diante do âmbito privado da sociedade e da transnacionalização da sua economia. Desta maneira, o Estado conclama à sociedade civil e nela incluso o empresariado, a cooperar na promoção dos serviços sociais.

2.3.2 - A questão ambiental vista como uma questão social

A questão ecológica é uma questão social; e hoje a questão social só pode ser elaborada adequadamente como uma questão ecológica.
(ELMAR ALTVATER apud MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003)

Não apenas foram necessárias mudanças quanto a adoção da gestão ambiental empresarial. O conceito de Boa Cidadania Corporativa ou de Responsabilidade Social passou a transversalizar a iniciativa privada, diante do modo como as empresas, ao negociarem, também se relacionam com o mundo.

PETER DRUCKER apud MELO NETO e FROES (2001) demonstrou sua antevisão sobre a responsabilidade social no campo privado ao constatar que a participação futura no setor social será muito mais uma função de resultados que de atividades.

Dentre as atribuições da empresa privada estão a geração de empregos e conhecimentos, o domínio das tecnologias, a criação de novas técnicas de gestão e de disposição de capital. Entretanto, a participação ativa em ações nas comunidades em que se inserem, evidencia-se, na atualidade, como um diferencial competitivo. Na verdade, o empresário considera o trabalhador um “parceiro”, sendo sua cooperação e seu consentimento, fatores indispensáveis para o alcance dos objetivos e das metas empresariais.

Este consentimento passivo do trabalhador é alimentado através de incentivos materiais e simbólicos, envolvendo o público interno e externo. A responsabilidade social faz parte da tríade do discurso acerca da conscientização socioambiental:

marketing ambiental, gestão ecológica e responsabilidade social corporativa. Assim, ela representa uma forma moderna de camuflar as novas estratégias de exploração estando associada a sugestões estratégicas, satisfazendo seus públicos interno e externo. Com esse procedimento MARTINELLI (2000), aponta que acaba-se por criar uma cadeia de eficácia, e o lucro nada mais é do que o prêmio de eficácia.

ZADECK apud GUIA EXAME (2006) aponta que nos anos oitenta, com o surgimento do movimento ambientalista, as empresas começaram a falar em meio ambiente e a repensar o impacto de seus processos. Nos anos noventa, impulsionadas pelas cadeias de negócios globais, elas começaram a se preocupar com aspectos sociais, como a promoção de relações justas de trabalho. Nos últimos anos, esses assuntos convergiram para o conceito da sustentabilidade.

Isso ocorreu no momento que a internet deu à sociedade meios de protestar contra práticas irresponsáveis. O que vemos hoje são companhias mais preocupadas com a prestação de contas, passando de uma abordagem de conformidade para uma abordagem mais estratégicas. O movimento da responsabilidade social evoluiu de uma discussão sobre o que as empresas não devem fazer para uma discussão sobre o que as empresas devem fazer.

Para os autores MELO NETO e FROES (2001), as ações de filantropia corresponderam à dimensão inicial do exercício da responsabilidade social. Sua principal característica é a benemerência do empresário, que se reflete nas doações a entidades assistenciais e filantrópicas.

KAMEYAMA (2000) afirma que a filantropia era um dos meios empregados pela burguesia para enganar e disfarçar sua repugnante face exploradora, ajudar aos pobres com o fim de amenizar ou camuflar as contradições e, conseqüentemente, a luta de classes. Porém a filantropia dos séculos passados não difere muito do modelo atual, na medida em que a responsabilidade social é uma nova estratégia de camuflar a exploração negando as contradições inerentes ao sistema capitalista, através da adesão e do consenso da classe trabalhadora.

A ação social empresarial é um investimento estratégico; é uma demonstração de “altruísmo”, entendida como um novo contrato social. Ela pressupõe uma situação eficaz da empresa em duas dimensões: as ações internas e as ações externas.

As ações sociais internas, segundo MELO NETO e FROES (2001), focalizam o público interno da empresa, seus funcionários e dependentes, com ações nas áreas de educação, salários e benefícios, assistência médica, social e odontológica, onde os principais instrumentos utilizados são os programas de recursos humanos e os planos de previdência complementar.

BOUDON (2002), afirma que o primeiro passo para implementação de uma programa de responsabilidade social é gerar satisfação interna que implica a empresa não se limitar a respeitar os direitos dos trabalhadores, consolidados na legislação trabalhista e nos padrões da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ainda que esse seja um pressuposto indispensável. A empresa deverá ir além e investir no desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados, bem como na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento de suas relações.

A aparente modernização das relações de trabalho, chama atualmente de responsabilidade social interna, encobre o verdadeiro sentido dessas inovações. Os empresários descobriram novas estratégias para aumentar o lucro, sem que os trabalhadores percebessem. podemos citar como exemplos o Programa de Alimentação no Trabalho, em que são distribuídos lanches aos trabalhadores agrícolas e industriais, e o Programa de Distribuição de Cestas Básicas, destinado àqueles que não faltam ao trabalho, como também aos que mais produzem, tendo em vista o aumento da produtividade da empresa.

Assim, o processo de reestruturação produtiva implicou mudanças significativas no gerenciamento da força de trabalho, como o sistema de avaliação de desempenho individual e grupal cujo indicador é a produtividade; criação de programas de treinamento, capazes de “conformar” o trabalhador; implantação da remuneração variável, como o salário por produção; ampliação de benefícios e serviços sociais oferecidos pelas empresas para os trabalhadores estáveis.

As ações externas têm como foco a comunidade mais próxima da empresa ou o local onde ela está inserida, atuando principalmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e ecologia. Portanto, o exercício da responsabilidade social externa corresponde ao desenvolvimento de ações sócias empresariais que beneficiem a comunidade.

Os autores MELO NETO e FROES (2001) citam as principais formas de ações para que as empresas tornem-se responsáveis externamente: doações de produtos, equipamentos e materiais em geral, transferência de recursos em regime de parceria para órgãos públicos e ONGs, prestação de serviços voluntários para comunidade pelos funcionários da empresa, aplicação de recursos em atividades de preservação do meio ambiente, geração de empregos, patrocínio de projetos sociais do governo e investimentos direto em projetos sociais criados pela própria empresa.

Segundo MOTA (2000) a reorganização do capital na esfera da circulação “incide em mudanças no mercado consumidor, determinando também novas formas de concorrência entre as firmas, com base na seletividade dos mercados e no marketing da qualidade dos produtos”.

Com a crise instalada, as empresas buscam novas formas de ganhar a concorrência entre firmas, pois o mercado consumidor tornou-se muito mais exigente na qualidade dos produtos oferecidos, como também procuram investir em produtos em que suas empresas desenvolvam algum trabalho social. É o caso de produto que possuem “selos” que divulgam a responsabilidade social de suas empresas.

A empresa que investe em ações sociais externas tem o retorno social, refletindo-se no reconhecimento da empresa junto ao público consumidor que privilegia a sua atitude de investir em ações que beneficiem a comunidade. Como consequência, a empresa vira notícia, potencializa sua marca, reforça sua imagem, fideliza clientes, reforça laços com parceiros, conquista novos clientes, aumenta sua participação no mercado e incrementa suas vendas (MELO NETO e FROES, 2000).

Portanto, investir no social é mais uma estratégia para o aumento de ganhos materiais da empresa, traduzindo-se no aumento das vendas, na potencialização da marca e além de tudo na confiabilidade e respeito por parte do governo e da sociedade em geral.

CAPÍTULO III - ANÁLISE HISTÓRICA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO ALAGOANO

3.1 - O Bangüê Como Elemento Propulsor da Economia Alagoana

A agricultura da cana-de-açúcar representa a base da formação econômica e social do território alagoano, que teve seu povoamento iniciado no final do século XVI, quando seus núcleos populacionais nasceram e se expandiram ao redor dos engenhos de fabricar açúcar, resultado das primeiras bandeiras que exploraram a região.

Segundo DIÉGUES JÚNIOR (2006), o imperativo econômico da colonização era a construção de engenhos de açúcar. O engenho de açúcar centralizou a constituição social das Alagoas, como também de toda a área açucareira do país. A composição da sociedade alagoana foi determinada pelo desenvolvimento da família, onde dentre as pioneiras na história do engenho de açúcar em Alagoas, destacam-se: Lins, Acioli, Wanderley, Barros, Pimentel, Botelho, Soares, Bezerra, Calheiros, Gomes de Melo e Carvalho.

A unidade familiar concentrou em torno de si o núcleo cultural, o elemento produtivo, o bloco político da aristocracia que se emoldurava no cenário nacional, representado pelo proprietário de terra, o chefe de família que tornou-se o senhor de engenho, numa demonstração efetiva do patriarcalismo vigente àquela época. Neste contexto, a escravidão era o sustentáculo da relação de trabalho estabelecida entre o proprietário de terra e o negro africano, pois o português não encontrou fácil colaboração do elemento indígena, que não se adaptou ao trabalho sedentário.

O Estado Português decidiu produzir açúcar e a economia colonial encontrou no Nordeste, por suas condições edafo-climáticas e sua proximidade com o principal centro consumidor – o mercado europeu, a área de expansão ideal para esta empresa agroindustrial. A cana foi a primeira cultura comercial do Brasil, na época o engenho era o maior e mais complexo empreendimento econômico existente no mundo e o açúcar era desde o final do século XVI, o produto de maior valor no comércio mundial (CARVALHO, 2000).

A monocultura açucareira logo assumiu posição de destaque, entretanto o progresso do latifúndio nas terras açucareiras das Alagoas e dos demais Estados com a economia baseada no açúcar – foi o responsável pela deficiência e irregularidade do suprimento de outros gêneros, dentre eles a carne, o leite, os ovos, os legumes, os grãos e os cereais. (GILBERTO FREIRE, *apud* DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

Para ANDRADE (*apud* CARVALHO; 2000) em Alagoas, no período colonial, o número de bangüês e a área plantada com cana - de- açúcar cresceu extensivamente. Em 1590 já existiam alguns engenhos, número que aumentou para 10 em 1630, quarenta em 1700, cento e oitenta em 1800 e quase um milhar em 1930.

A cana instala-se inicialmente no litoral norte próximo a Porto Calvo e Camaragibe e vai ocupando terras, na sua marcha lenta rumo ao Sul de Alagoas, passando pelos vales úmidos dos rios Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio, Mundaú, Paraíba, São Miguel e Coruripe, nas áreas que antes estavam cobertas pela Mata Atlântica, perto do litoral reduzindo o tempo e os custos de transporte.

Deve-se à indústria açucareira o povoamento de grande parte do território alagoano. Os povoados, quase sempre, surgiam nas cercanias dos engenhos, desde os primeiros erigidos nos fins do século XVI por Cristovão Lintz, na região portocalvense, até os que posteriormente vieram a ser levantados na região das lagoas do Norte ou Mundaú, Manguaba ou do Sul, por Gabriel Soares da Cunha e outros (ALTAVILA, 1988).

Em meados do século XVII, a atividade da economia açucareira demonstra sua fase mais progressiva, sendo a orientação do senhor de engenho, a eficiência do escravo preto e o latifúndio, os principais indutores de crescimento dos bangüês. Porém, desde os anos de 1870 começa seu declínio em grande parte devido ao baixo rendimento industrial, conseqüência dos processos rotineiros adotados no cultivo da cana e no fabrico do açúcar, nos quais ainda eram empregados quase somente a enxada para plantar, a foice e o machado para limpar, moendas movidas por animais e caldeiras a fogo nu. (SANTANA, *apud* AZEVEDO, 1988).

O banguzeiro, além de não dispor de uma visão comercial a longo prazo, ainda assistia ao desinteresse de seus filhos pelo trabalho rural, numa rotina quase que imutável, com significativa abundância de terras virgens, fator contribuinte da agricultura extensiva e resistência em repassar seus conhecimentos aos escravos mais

adiantados, pois por serem em sua maioria não letrados, temiam o desenvolvimento intelectual dos servís.

Para AZEVEDO (1988), vários fatores contribuíram para o desprestígio do bangüê, dentre os principais estão: a superprodução de beterraba na Europa, a falta de rodovias e deficiência das existentes, falta de crédito, deslocamento do eixo econômico para o Sul – com a expansão da produção cafeeira, diminuição de braços escravos, ausência de instrução apropriada à classe agrícola, falsificação do açúcar, sobrecarga de imposto e aparecimento da usina com tecnologia avançada.

Os precursores da usina em Alagoas, contudo, foram os agricultores Rosendo César de Góes, do engenho São Salvador, de São Luiz do Quitunde e Félix José de Gusmão Lira, do engenho Unussú, de Camaragibe, que importaram, por intermédio do Governo da província, os primeiros aparelhos de cozer açúcar no vácuo (ALTAVILA, 1988).

Percebe-se desta maneira, que não somente se deve ao banguzeiro, a total responsabilidade pelo retardo da atualização tecnológica, mas também aos fatores acima pontuados pelo referido autor. Denota-se que a falta de planejamento e noção de continuidade, desde os primórdios são entraves ao desenvolvimento do nosso país, onde uma determinada atividade é substituída por outra, quase sempre deixando-se lacunas irreparáveis entre as mesmas.

Representado uma transição entre o bangüê e a usina, surgiram os engenhos centrais, numa tentativa de abertura do engenho tradicional ao capitalismo industrial e financeiro, para interligar a produção agrária tradicional com evoluídas técnicas de fabricação de açúcar. Tal experiência não obteve o sucesso esperado diante da produção industrial devido ao fornecimento irregular da cana. A resistência dos antigos senhores de engenho aparece desde a instalação dos primeiros engenhos centrais; ela atinge o novo sistema em seu ponto frágil, ameaçando o abastecimento das fabricas em matéria-prima (PERRUCI 1978).

O engenho central estabelecia que as atividades fossem separadas. De um lado, a atividade agrícola, e de outro, a industrial, a fabricação do açúcar separada da lavoura da cana. Mas, o equilíbrio entre a agricultura e a indústria não foi concretizado. Ao contrario, agravava-se mais e mais o distanciamento entre as mesmas. O progresso técnico da fabricação avançava espantosamente - engenho a vapor, engenho central,

usina. O governo Imperial criou reservas monetárias para amparar investidores, por meio de empréstimos vantajosos. (EISENBERG, 1977).

Concomitantemente, a estagnação da lavoura com seus sistemas arcaicos, não garantiu solidez ao investimento feito pelo poder público, fazendo do engenho central uma experiência mal sucedida, dando espaço à evolução da usina, que passou a absorver a parte agrícola, numa expansão latifundiária, adquirindo as terras dos antigos engenhos, repletos de canaviais, pois que as usinas de melhor produtividade são aquelas que tecnicamente zelam por suas lavouras e não apenas pela industrialização do açúcar.

Para SANTANA (1970), o número de bangüês alagoanos, todavia, foi aumentando com o decorrer do tempo, conseqüentemente concorrendo para impedir o desenvolvimento da policultura, pois a cana-de-açúcar, como a qualificou corretamente Josué de Castro, é uma lavoura autofágica: “devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, dissolvendo o húmus do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida”.

Os bangüês também tinham dificuldades para o escoamento da produção, devido ao péssimo estado das estradas ou a inexistência delas. Assim, da idéia de uma estrada de ferro, originou-se a ferrovia central, que teve sua linha principal inaugurada em dezembro de 1884 e ligava Maceió à cidade de União, através de um percurso de 88 quilômetros costeando o rio Mundaú. Um ramal partindo da estação de Lourenço de Albuquerque, percorrendo 62 quilômetros, alcançando a cidade de Viçosa acompanhava a margem do rio Paraíba.

A estrada de ferro central influenciou significativamente a vida comercial de Alagoas, pois que em torno da área beneficiada era feita a circulação das mercadorias produzidas. Contraditoriamente, ao invés de servir como suporte logístico fundamental à dinâmica de atividades dos bangüês a ferrovia se tornou poderosa aliada da expansão latifundiária das usinas deixando duas opções apenas para o banguzeiro: ou se transformava em usina ou se entregava a ela.

DIÉGUES JÚNIOR (2006) explica que, depois a luta entre as próprias usinas, umas querendo engolir às outras, as mais fracas cedendo por fim, e alastrando-se na beira dos trilhos da ferrovia os canaviais; canaviais de propriedade da usina ou de antigos engenhos, agora simples fornecedores, transformados em fogo morto. A usina

encontrou na estrada de ferro o elemento com que se aliar para facilitar a obtenção das canas necessárias às suas moendas todo – poderosas.

Rosa e Silva Netto, discorrendo a respeito do grande senhor de terras afirmou que com muita terra nas mãos, tornaram-se difíceis, importantes e passaram quase que a constituir uma casta, olhando o povo em geral como se estivesse enxergando os súditos; (...) só não se lembravam era de proceder como industriais que acompanham o progresso (SANTANA, 1970).

O aparecimento da usina é reflexo de todo um contexto nacional, não se deve apenas a questões e fatores específicos da economia alagoana. A industrialização surgiu no início da República e o Governo de Pernambuco em 1870 possibilitava a instalação da usina São Francisco da Várzea, que teve sua primeira safra em 1874. A usina é uma síntese entre os dois setores da produção, configurando uma importante transição na economia do açúcar: - a passagem de uma economia controlada por capitais preponderantemente agrários e comerciais para uma economia dominada por capitais preponderantemente industriais, significando a decadência progressiva da antiga aristocracia da cana-de-açúcar e o nascimento de novos setores ou grupos sociais baseados no desenvolvimento do capital industrial e financeiro (PERRUCCI (1978).

PERRUCCI (op.: cit. 1978) afirma que desta forma se implanta em Alagoas, com a primeira moagem no dia 8 de janeiro de 1892 em Atalaia, a usina Brasileiro, dirigida pelo futuro Barão de Wandesmet e que tenha sido instalada pela companhia Fives Lille. O parque açucareiro se desenvolveu acentuadamente, chegando a ser o Estado de Alagoas no período de 1903 a 1910, o segundo exportador brasileiro com 27% da produção, perdendo apenas para Pernambuco que dispunha do percentual de 60% do total das exportações nacionais de açúcar.

Segundo AZEVEDO (op.: cit.1988), em 1902, havia em Alagoas seis usinas: Apolinário, em São Jose da Lage; Brasileiro em Atalaia; Santa Ismênea (Uruba), em Atalaia, Leão, a segunda usina alagoana moendo em julho de 1894, em Santa Luzia do Norte; Serra Grande, a terceira usina, moendo na safra de 1894-1895, em São Miguel dos Campos. Em 1914 funcionavam dez usinas, enquanto em 1922, quando começa o domínio das usinas, haviam 11: Apolinário; Bom Jesus; Brasileiro; Leão; Esperança; Pau Amarelo; Pindoba; Rio Branco; Santo Antônio; São Simão; Serra Grande.

A produção dos engenhos foi superada pela usina na safra de 1922 - 1923, representando a decadência dos bangüês. Na década de 30, Alagoas ainda contabilizava aproximadamente 605 engenhos, estando cerca de 40% de fogo morto, apenas como fornecedores de canas para as usinas.

Mesmo superando a produção de um número considerável de engenhos, as usinas não dispunham de conhecimentos necessários acerca da cultura mecânica. A demanda pelo açúcar brasileiro aumentava à medida que os países europeus se ressentiam dos resultados da I grande guerra, em 1929, o que motivou o reaparelhamento do parque agrocanavieiro. A empolgação fez com que uma produção excessiva fosse gerada, provocando uma drástica diminuição de preços e um entrave à logística dos latifúndios, pois que não tinham mais como estocar seus produtos.

Tal crise, em plena Revolução de 30, fez nascer a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (IAA), em 1931, depois transformada em 1933, no Instituto do Açúcar e do Alcool. A política do IAA, visava dar todo apoio à grande indústria do açúcar em detrimento da pequena, que era a do bangüê. Nesta mesma década, a produção de açúcar das usinas do Estado de Alagoas, tomada por base a safra 1933 – 1934, se expressava por 752.915 sacos.

O progresso tecnológico da usina se manifestava pela qualidade do açúcar com o surgimento dos tipos centrifugados; na produtividade industrial com maior percentagem de extração do açúcar contido na cana e no tamanho das unidades industriais, com fábricas de capacidade dezenas de vezes maior do que os antigos engenhos ou bangüês MELO (1975).

Por influência das usinas, diferentes variedades de cana foram utilizadas em Alagoas. A demerara, a Barbados, a White Transparent. Até então predominava a cana manteiga que afastava outras variedades como a caiana, a roxa e a P.O.J, por exigir muita terra para sua expansão.

Em Setembro de 1943, os senhores de engenho do vale do São Miguel reuniram-se e fundaram a Cooperativa dos Plantadores de Cana de São Miguel dos Campos. Com um capital de 630 mil cruzeiros, deram início à tarefa de fundar uma usina de açúcar para o que não lhes faltou o apoio moral e material do Instituto de Açúcar e do Alcool – I.A.A.

Precisamente em janeiro de 1946, a primeira fábrica de açúcar, pelo sistema cooperativista, inaugurada não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul, começou a funcionar – surgia a Usina Caeté. Desta maneira, o banguzeiro passou a ser fornecedor de si mesmo, já não somente do seu bangüê, cuja moagem pará de trabalhar, mas da sua usina; da usina de que é cooperado.

O exemplo foi imitado, os banguzeiros do Vale do Manguaba, em Porto Calvo, querem também ter a sua usina e começam a plantar as marcas da Camandatuba. No Vale dos quatro rios, do Manguaba, do Camandatuba, Moicotá, do Tapamundé, onde nasceu no século XVI a agricultura da cana e a indústria do açúcar das Alagoas, irá nascer a industrialização: agora não mais pelos processos rotineiros – nem o da água, nem o das bestas – mas pela técnica moderna da usina e esta fundada pelo sistema cooperativista. Desaparecerão os bueiros dos engenhos d'água ou de animais para dar lugar a uma nova chaminé mais alta: a chaminé da usina irá falar grosso dando nova vida ao feudo de Cristóvão Lins. DIÉGUES JÚNIOR (2006).

3.2 - Os Primeiros Impactos Ambientais Causados Pela Atividade Canavieira

Atividade extensiva, que requer um número cada vez maior de terras, a cultura da cana é responsável pelos primeiros impactos ambientais em terras alagoanas. Na verdade, o equilíbrio ecológico começou a ser afetado à medida que o engenho se desenvolvia.

Para DIÉGUES JÚNIOR (2006), não eram somente as derrubadas para as construções de navios; os roçados e os fogos eram provenientes das atividades dos engenhos. A cana- de-açúcar obrigava a derrubada das matas; as exigências da cultura de cana e as necessidades da industrialização reclamavam à invasão das matas. Além das construções, o consumo de lenha pedia a destruição das árvores.

A perda da qualidade dos solos, a diminuição da biodiversidade na Zona da Mata, devido à queima dos canaviais, a derrubada de Mata Atlântica, também são resultados da atividade canavieira. Do que eram as matas das Alagoas, há dois documentos importantes: duas cartas – relatórios do ouvidor José Mendonça de Matos Moreira, que foi conservador das matas das Alagoas, cargo criado por sugestão sua, quando então se propôs a executar os respectivos encargos.

A minudência da descrição nos deixa ver a extensão que tinham as nossas matas: léguas e mais léguas de florestas, tanto pelo litoral como para o sertão, tanto de frente como de fundo. Já no século XVIII, se utilizavam árvores das matas entre a lagoa Jiquiá e o rio São Miguel para construção de navios mercantis. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

O ouvidor achava que os senhores de engenho deviam ser obrigados a conservar as matas, principalmente aquelas madeiras de boa qualidade, sinal evidente de que eles não a conservam. Ele admitia que alguns engenhos estavam em decadência pela destruição das matas, o que acarretava também a falta de lenha para seus cozimentos. Não escondia que os engenhos eram os devoradores das madeiras de paus - de - lei das árvores das suas sesmarias, das vizinhanças dos rios do Camaragibe, por exemplo; em cujas margens muitos roçados têm destruído o que existia de arvoredo.

A queima dos canaviais facilitava o corte da cana e os solos perdiam gradativamente sua qualidade pela manutenção de uma mesma cultura agrícola, há tempos sem uma diversificação produtiva que permitisse ao solo sua recuperação. Os rios da zona da Mata recebiam o despejo do vinhoto (Tiborna) e das águas usadas para a lavagem da cana, representando também problemas de alta gravidade no complexo lagunar Mundaú – Manguaba.

A descoberta do plantio nos tabuleiros, a partir de 1952, pela usina Sinimbu foi motivo de exaltação para Osman Loureiro (ap. Azevedo; 1988), quando pontua que o aumento do rendimento médio deve a terra alagoana, pelas mãos de Benedito e Antônio Coutinho, a grandeza de haver incorporado os tabuleiros à zona de cana propriamente dita, rompendo uma tradição.

Salienta ainda que segundo a demonstração que fizeram (os irmãos Coutinho), esses altiplanos tidos e havidos de velha data como impróprios à cultura da cana e admitindo as pequenas lavouras de subsistência, (...), serviam, entretanto, por igual para a grande lavoura. Tudo era conter-las com uma adubação adequada. As experiências, por eloqüentes, tiveram seguidores. Em breve, vastos canaviais começarão a desatar-se por esses chapadões, outrora relegados por inadequados, e hoje evocados ao serviço de nossa cultura maior (...) são grandiosas as suas proporções. Para quem atravessou essas solidões semidesérticas e hoje entre safras de vigorosos canaviais, o coração se lhe desperta na antevisão do futuro que nos aguarda.

Tal pensamento expressa a noção de progresso da classe dominante, focada em apenas um tipo de cultura agroindustrial, deixando o Estado de Alagoas dependente dos outros Estados da Federação, no que concerne ao consumo de outros gêneros alimentícios, por não manter uma diversificação em sua produção.

O problema da agricultura no Brasil, como também em Alagoas, é a limitada área destinada às culturas de abastecimento interno, onde a estrutura agrária predominante estimula a produção voltada para a exportação.

As informações coletadas para Alagoas identificam claramente que a precariedade em que se encontram essas culturas deve-se sem dúvida, ao privilegiamento da monocultura da cana-de-açúcar ao longo das últimas décadas. Este fato intensificou o aprofundamento das desigualdades sociais e empobrecimento de um grande número de agricultores no Estado. Além disto, a inexistência de tecnologias apropriadas e mecanismos de apoio ao setor de subsistência configuram-se em fatores diretamente responsáveis pelo fraco desempenho desse segmento da economia. (GOVERNO DE ALAGOAS, 1989).

A relação entre o que seja considerado impacto ambiental e a sociedade nos permite considerar que em sua grande maioria só são salientados os aspectos naturais, como se por si só um habitat natural se extinguisse; se deteriorasse. No entanto, nem sempre são feitas as interrelações necessárias para o entendimento de que a sociedade é um espelho que reflete todas as mazelas praticadas pelo homem, da mesma forma que a natureza faz transparecer toda a destruição a que é submetida.

Desde o período imperial até à época considerada moderna o Estado de Alagoas foi desenhado por uma monocultura agrícola que aquecia a economia voltada para a exportação, privilegio de poucos, sendo a maioria dos impactos ambientais resultante de tal lógica financeira, justificada pelos avanços do progresso.

Desta maneira, uma relação de dependência entre o Estado e os empresários canavieiros se estreitava a cada dia.

3.3 - A Intervenção Estatal: A relação de dependência entre o Governo do estado e os empresários canavieiros.

É longa a história da intervenção do Estado brasileiro na economia canavieira, seja para subsidiar, para perdoar dívidas, incentivar a produção, equilibrar o mercado,

arcar com prejuízos ou qualquer outra forma de ajuda. Desde a colonização, passando pelo Império, entrando na República até nossos dias, o Estado tem sempre participado da existência desse setor. De modo, pode-se até dizer, que a Agroindústria Canavieira no Brasil, em alguns casos, desenvolve-se estruturalmente dependente do Estado. (LIMA, 1988).

O Estado de Alagoas possui a sociedade mais hierarquizada e de riqueza mais concentrada do país. Tal concentração, seja de terras, embasada no latifúndio, seja de poder, representada pelos grupos políticos dominantes é legitimada pela co-participação do poder público constituído.

O setor mais agraciado pela benevolência do Estado foi o setor canavieiro. A simetria entre ambos significou a estagnação de Alagoas que, como Estado subdesenvolvido, encontra-se numa relação dependente da produção gerada pelo Setor sucroalcooleiro. O efeito desta dependência foi devastador para a economia alagoana, representado o endividamento do Estado, como também a falência do Banco do Estado de Alagoas – PRODUBAN. O órgão fundamental para a intervenção do Estado na economia canavieira foi o Instituto do Açúcar e do Alcool – I.A.A, criado em 1 de dezembro de 1933, pelo Governo Federal.

O Instituto, sob a direção das usinas do Nordeste, adotou a prática de políticas protecionistas e paternalistas, onde as usinas nordestinas de baixa produtividade foram privilegiadas na concorrência com as usinas da região Centro – Sul. O I.A.A criou mecanismos, dentre eles quotas de produção, preços mínimos e financiamentos, que possibilitaram a transferência de poder da indústria açucareira para a região Centro–Sul, principalmente para o Estado de São Paulo.

A região Centro – Sul dispunha à época de capital disponível em excesso, fruto da atividade cafeeira, então desestimulada, como também de preços mínimos praticados pelo I.A.A, protegendo os produtores de custos mais elevados, capitalizando ainda mais a agroindústria canavieira paulista.

Paradoxalmente, o capital açucareiro paulista foi modernizado em detrimento da perpetuação das características arcaicas da economia nordestina. LIMA (1998) afirma que é nessa situação de hegemonia produtiva do subsetor paulista que faz diferença os mecanismos do Estado para proteger o subsetor nordestino. A diferença nos custos da produção de cana, açúcar e álcool no Nordeste é consideravelmente maior em relação a

São Paulo. No entanto, esse fato não parecia afetar a lucratividade das empresas sucroalcooleiras nordestinas, onde a rentabilidade alcançava níveis equivalentes aos das empresas paulistas. Tudo se passava como se o Nordeste desacreditasse as leis de competitividade de uma economia de mercado.

A política de preços praticada pelo I.A.A, através de um mecanismo chamado equalização de custos, promovia a transferência de dinheiro público para o ramo menos eficiente da indústria açucareira. Assim, era garantida a equivalência de lucratividade entre as empresas. Os empresários do Nordeste receberam 95,6% do total de recursos utilizados nos subsídios de equalização de custos no período 1974 – 84, cerca de US\$ 2,2 bilhões.

Desta maneira, São Paulo deixa de ser o principal importador de açúcar do Nordeste, sendo o açúcar paulista destinado ao mercado interno para concorrer com a produção nordestina. Neste contexto, a força política nordestina destaca-se acentuadamente.

A representação política do açúcar se estrutura em dois campos diferenciados: o político- institucional e o organizacional – setorial. No campo político, nas diferentes esferas de poder, o setor sucroalcooleiro articula sua presença diretamente, por meio de candidatos do próprio setor, ou indiretamente, com seu apoio financeiro. Eleitos, pressionarão politicamente o Estado na defesa de seus objetivos particulares. No campo organizacional – setorial, cria os sindicatos, cooperativas e as associações que coordenam e representam os interesses deste segmento. Este aparato mantém um *staff*, composto por técnicos e especialistas capacitados, mantidos com um orçamento derivado das contribuições das usinas e destilarias associadas (CARVALHO, op.; cit. 2000).

O setor sucroalcooleiro nordestino, por meio de sua influência política, monopolizou, por quase sessenta anos, o I.A.A. A intervenção governamental, na época do I.A.A, representou as transformações mais significativas para a agroindústria canavieira, quando nas décadas de 70 e 80 um conjunto de programas e planos foi implementado, em particular, o PLANALSUCAR e o PROÁLCOOL.

Para SACHS (2004), o PROÁLCOOL foi implementado como um programa de economia de guerra, num breve lapso de tempo, sem se olhar as custas da operação. Ele permitiu ao Brasil reduzir a sua dependência com relação às importações de petróleo e

provou ainda que a aditivção do álcool à gasolina não criava problemas no funcionamento dos motores de automóvel, em que pesem as restrições que, na época, foram emitidas. Fundamentado numa aliança entre os grandes usineiros, as montadoras, as indústrias nacionais de equipamentos e o Estado autoritário, ele contribuiu para a concentração de terras e de capital, implantando quase todas as unidades de produção em São Paulo e no Nordeste. Por fim, todo o esforço foi concentrado sobre o álcool e o açúcar dando-se pouca atenção ao aproveitamento dos demais subprodutos da cana-de-açúcar, a começar pelo bagaço² e pelo vinhoto. A sucroquímica e alcoolquímica tampouco tiveram o desenvolvimento que se podia esperar.

Este setor historicamente beneficiado pelo Estado, que nunca conheceu a etapa concorrencial do capitalismo ou a via evolutiva de desenvolvimento industrial, manteve um comportamento político e um descompromisso social aos quais corresponde o seu atraso empresarial. A oligarquia do açúcar sempre foi anti-abolicionista e anti-republicana. Adaptou-se bem aos novos tempos sem, no entanto, apresentar traços de modernidade, seja no campo empresarial ou nas relações sociais. Sua representação política esteve e continua – marcada pelos braços conservadores. CARVALHO (2000).

Entre todos os programas estatais, o mais conhecido foi o PROÁLCOOL, de grande influência na economia açucareira alagoana. Como as demais iniciativas federais, recebia financiamento especial, com garantia de até 80% do investimento fixo das destilarias anexas e autônomas, com juros de 4% ao ano, pagamento em 12 anos com carência de 3 anos, a cana e outras matérias primas tinham financiamento com juros de 7% ao ano, pagamento em 5 anos, com carência de até 2 anos. Graças a este apoio excepcional entre os anos 1975 e 1990, o setor alcooleiro alagoano ampliou sua capacidade produtiva por meio de 20 novas destilarias anexas e 9 autônomas, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e quase duplicou sua produção de açúcar.

Para tudo isto precisou triplicar sua área plantada com cana-de-açúcar. Um notável crescimento que somente foi possível graças às amplas subvenções governamentais, numa transferência de recursos públicos para o setor privado alagoano na ordem de aproximadamente, 800 milhões de dólares.

² Fonte potencial de cogeração de energia, matéria-prima para a produção de papel, de briquetes que substituem o carvão vegetal, de materiais de construção, de fibras para uso industrial e sob forma hidrolizada, ração para gado leiteiro.

A ocupação das terras no Estado revela que a área destinada à lavoura teve um crescimento da ordem de 5,7% no período 1970/80, tendo-lhe sido destinada, no último ano de referência, com 1.002.623 *ha*, contra 811.962 *ha* ocupadas por pastagens e 277.139 *ha* por matas e florestas. A posição de destaque assumida pelas lavouras, deve-se à expansão da cana – de – açúcar, o que começou a ser evidenciado já no final da década de 70, especialmente em regiões onde predominavam as matas e florestas – que vem sofrendo uma redução acentuada em termos de área, revelando assim um processo de extinção populativa das reservas florestais no Estado – as pastagens e até mesmo as lavouras de subsistência.

Portanto, nas décadas de 70 e 80, a sobrevivência e a lucratividade da agricultura alagoana aconteciam quase que por completo, pelos recursos subsidiados, recursos estes que os agricultores acreditavam ser permanentes. Não haveria motivo para preocupação com a modernização de suas atividades, já que os subsídios eram mais do que suficientes para garantir a alta lucratividade da grande propriedade e elevar o nível de subsistência dos pequenos produtores.

Porém, a partir de 1980, com a crise fiscal do Estado Brasileiro, inicia-se um forte e prolongado período de cortes de crédito e subsídios à agricultura e em 1990, o setor agrícola alagoano não resistindo à crise, entrou em falência e as atividades de subsistência apresentam uma produção que não atende às necessidades do próprio agricultor, propagando a miséria nas microrregiões do Estado.

Nos anos 70, o Proálcool – Programa do Governo federal, era visto como um elemento impulsionador de desenvolvimento para Alagoas. O Estado alagoano entraria para o OPEP, segundo os seus defensores.

Para Carvalho (2000), o programa teve três períodos claros:

- 1) A expansão moderada (1975 - 1970), no qual, através do financiamento da montagem e ampliação das destilarias anexas às usinas tradicionais de açúcar e a destilação de álcool anidro para ser misturado com a gasolina;
- 2) A expansão acelerada (1980 – 1985), no qual aumentou-se a produção de álcool hidratado para uso em motores a álcool, baseando-se na montagem de destilarias autônomas localizadas nas novas plantações de cana, em regiões anteriormente ocupadas por outras culturas e:

3) A desaceleração e crise (1986-1990).

O Próalcool possibilitou a instalação de 29 destilarias em Alagoas, em apenas oito anos. Apenas as usinas João de Deus, Taquara, Capricho, Uruba e Camaragibe não construíram destilarias anexas.

A elevada produção sucroalcooleira do setor no período de 1970– 85 possibilitou ao setor privado, por intermédio da Cooperativa dos usineiros, a criação do Núcleo de Adaptação e Transferência de Tecnologia – NATT. Foi projetado a princípio para o controle da qualidade do melaço, do álcool e do açúcar, dos fertilizantes e corretivos agrícolas, dentre outros. Foram também desenvolvidas novas variedades vegetais e tecnologias industriais trazidas de São Paulo, em destaque as relacionadas ao uso e manutenção da frota agrícola das usinas.

O mesmo crescimento rápido viabilizou o surgimento em Alagoas de um parque industrial relacionado estreitamente com o setor sucroalcooleiro, como as cinco fábricas de fertilizantes químicos (Agrofertil, Adubos JL, Adubos Boa Sorte, Santo Antônio e Usi - Fertil) e a instalação em Maceió, com a participação minoritária da Cooperativa dos Usineiros, das indústrias metalúrgicas Fives Lille, especializadas na fabricação de maquinaria destinada ao setor açucareiro e a Mecânica Pesada Continental/ MPC, do grupo Monteiro, de São Paulo, especializada em fabricação e manutenção de peças para o mesmo setor. Estas empresas, favorecidas pela dinâmica de crescimento do próprio setor, foram beneficiadas pelas facilidades concedidas pelos programas federais de apoio à industrialização, como o Fundo de Investimento no Nordeste / FINOR, administrado pela SUDENE. (ibdem).

O Proálcool tinha como objetivo a criação de mercado para a elevada produção de cana e açúcar. Os mercados americano e europeu reduziram a importação de açúcar, que teve queda em seu preço no mercado externo e a produção nacional não tinha para onde ser escoada. Juntamente com o aumento do petróleo, que atingem a balança comercial brasileira, tais fatores foram decisivos para que o governo pensasse numa política energética alternativa. Assim surgiu o Proálcool, tornando o álcool o principal produto de articulação entre a agroindústria sucroalcooleira, a indústria automobilística

e a indústria de bens de capital, deixando de ser apenas um subproduto da indústria canavieira.

Porém, nos anos 80, o Proálcool começou seu período de declínio. A desativação do programa provocou mudanças no setor industrial beneficiado pelo próprio Proálcool. Duas grandes empresas construtoras de fábricas foram desativadas e as empresas do setor sucroalcooleiro começaram a contar apenas com as pequenas e médias prestadoras de serviços.

A Fives Lille, que chegou a ter 800 funcionários nos anos 70, foi desativada em 1995, mantendo uma oficina com 50 funcionários, para prestação de serviços. A Mecânica Pesada Continental, que chegou a ter 400 funcionários e um significativo parque de máquinas, foi comprada pela Cooperativa dos usineiros e depois revendida ao grupo Denini/Zanini, que com 20 trabalhadores foi transformada em oficina para usinagem de moendas.

O Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar – PLANALSUCAR- criado em 1971, ao qual foi incorporada a estação Experimental de cana-de-açúcar de Alagoas, gerou condições privilegiadas para uma interferência cada vez maior no aperfeiçoamento da agroindústria açucareira regional, através de uma série de projetos de âmbito nacional. A participação do PLANALSUCAR na nova etapa de crescimento do parque açucareiro do nosso Estado e do Brasil, nos conscientiza a reconhecer a nossa grande responsabilidade na execução dos projetos que objetivam facultar à agroindústria açucareira nacional, a duplicação de sua produtividade, com isso elevar a produção a índices que atendam à demanda de açúcar nos próximos anos, no mercado interno e externo. AZEVEDO (1988).

Esta visão desenvolvimentista, sintetizada pelo referido autor, foi a responsável pelo progresso da atividade canavieira, onde toda uma estrutura industrial foi montada, mesmo às custas de protecionismo e paternalismo, para depois ser desfeita como num passe de mágica, ficando um número expressivo de trabalhadores, desempregados. Além de tal prejuízo social, economicamente para o Estado de Alagoas, representou a desorganização de suas finanças. A implementação das políticas que resultaram nas transformações estruturais desse setor se deu com custos extremamente elevados, tanto do ponto de vista social quanto da estrutura fundiária.

Particularmente, no que toca as finanças públicas houve uma verdadeira sangria, e conseqüentemente um total desmantelamento de importantes órgãos públicos. Segundo LIMA (1998), Aliado a este cenário, surge o discurso em defesa da implantação de um PCA – Pólo Cloroquímico de Alagoas -, que ira trazer investimentos na ordem de 1 bilhão de dólares e criar milhares de empregos diretos e indiretos, numa expectativa de que a renda per capita ultrapassasse os 5 mil dólares.

Entretanto, a perspectiva do PCA absorver parte considerável do álcool alagoano para a produção do eteno não se confirmou pois, em 1990, a construção de etenoduto ligando Camaçari, na Bahia à empresa Salgema (atualmente Braskem) em Maceió, frustrou tal expectativa, como também a possibilidade de utilização de energia para movimentar as indústrias do Pólo Químico, já que os projetos industriais anunciados não foram implantados, como também, surgiu o concorrente insumo energético mais barato que o bagaço – o gás natural, do município de Pilar.

Apenas a Braskem – que produz e exporta PVC, dicloreto e soda cáustica, sobreviveu ao projeto PCA. Merece referência também, a responsabilidade do Setor Sucroalcooleiro Alagoano com a falência do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN). Num documento preparado pela equipe técnica do banco, em 27/02/97, contendo propostas para a recuperação do mesmo, está registrado que o montante necessário ao ajuste econômico – financeiro da instituição seria da ordem de R\$: 260 milhões, os quais seriam captados através de transferências da União, do próprio orçamento estadual, bem como de órgãos nacional e /ou internacional (BNB, BNDES, BIRD, BID, etc.).

A complexa teia de relações políticas e econômicas existente entre o Estado e os usineiros, revela a força dos empresários, pressionando o interior do Estado, controlando o I.A.A e o poder judiciário, ficando assim despreocupados com quaisquer conseqüências ou punições advindas da justiça alagoana. O senhor Evaldo Inojosa mostra aparente tranqüilidade numa entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo (09 de março de 85, p.12): “o problema não é meu e sim do avalista”.

Não apenas o PRODUBAN, como também a Companhia Estadual de Eletricidade CEAL, passou a sofrer com a inadimplência do setor que atingia em 1996, R\$ 40 milhões. O PRODUBAN deixou de receber dos empresários do açúcar uma soma calculada em torno de R\$ 300 milhões de empréstimos vencidos.

A agroindústria sucroalcooleira alagoana vem diminuindo imensamente sua participação na arrecadação do ICMS do Estado, principalmente a partir do final da década de 80.

Na evolução da arrecadação do ICMS por atividades em Alagoas, no período 1983-91, o que salta aos olhos é a diminuição da participação do setor sucroalcooleiro. De taxas que variam entre 31,95% e 58,02% no período 1983-1987, passaram para 15,84% em 1988, atingindo em 1991, a incrível taxa de 1,48%. Aliás, essa queda na participação é tão expressiva que nesse mesmo ano, de acordo com o documento “os 100 (cem) maiores contribuintes de ICMS do período 1991/1988”, publicado pela secretaria da fazenda do Estado de Alagoas, nenhuma das empresas do setor figura entre os 25 primeiros. (LIMA 1998).

Essa queda também refletiu negativamente para Alagoas no ranking de ICMS arrecado no Brasil. Em 1983, sua participação era de 1,08% do ICMS arrecado no país. Já em 1988, despencou para 0,5% um decréscimo considerável.

Essa relação de claro favorecimento estatal combinava com o discurso reivindicatório bem articulado dos plantadores e industriais, organizados na Asplana, Sindicato da Indústria do açúcar Cooperativa das usinas e Assucal publicado sem contestação nos jornais de Maceió e reproduzido por parlamentares estaduais e federais que, invariavelmente, defendiam mais recursos e atenção para estes problemas, em nome do “setor que mais emprega e cria riquezas para o Estado”.

O Complexo sucroalcooleiro é, desde sempre no plano regional, o setor econômico mais articulado politicamente e são antigos os vínculos entre as estruturas do Estado em Alagoas e a representação política do açúcar. Foi esta relação diferenciada com o setor público que gerou uma capacidade de endividamento muito acima da realidade financeira e econômica de suas empresas explicitada quando da publicação da lista dos cem, (100) maiores devedores do setor agropecuário com o Banco do Brasil. CARVALHO (2000).

Um acordo foi estabelecido entre o Estado e os usineiros, onde por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) ficou determinada a ilegalidade da cobrança de ICMS da cana própria, o que levava demais Estados da federação, onde havia atividade sucroalcooleira, a suspenderem a cobrança do tributo.

Os usineiros também recorreram ao Poder Judiciário Estadual , através de uma ação judicial de Restituição do Indébito. Porém, antes mesmo da decisão em 1ª instância, o governador da época, Fernando Collor, interveio a favor das empresas reclamantes, gerando a lavratura da transação do indébito da Cana própria. Estes termos foram pactuados em duas ocasiões. O primeiro no dia 15/07/88, envolveu 19 empresas; o segundo, no dia 19/04/89, mais 13 empresas.

A deterioração da receita tributária do Estado, resultado do quase desaparecimento do setor sucroalcooleiro na arrecadação de ICMS, juntamente com o mal gerenciamento dos poucos recursos orçamentários disponíveis evidencia a situação emergencial vivida por Alagoas na década de 90, o que representou a bancarrota da economia alagoana.

3.4 - A Reestruturação Produtiva e o Processo de Modernização do Setor Sucroalcooleiro Alagoano.

A falência do milagre brasileiro, traduzida pela instabilidade econômica que se iniciou em 1973 e só se manifestou de modo mais contundente durante a década de 1980, associada à recessão econômica e à abertura dos mercados, efetivada pelo Governo Fernando Collor no início dos anos 90, constituem um conjunto de fatores combinados que determinou a crise do capitalismo brasileiro no final do século XX (Frigotto *et al*, 2006).

Tal crise afetou diretamente as empresas instaladas no Brasil quanto à participação competitiva no mercado internacional, resultado também do esgotamento do padrão tecnológico, padrão utilizado por estas empresas, fundamentado no modelo clássico taylorista-fordista. No final dos anos 80, transformações significativas ocorreram nos processos de trabalho, fenômeno que a literatura denominou de reestruturação produtiva³.

Githay e Rabelo (*apud* Frigotto, 2006), apontam que a reestruturação produtiva pode ser entendida por mudanças que se operam a partir de um novo paradigma técnico-econômico, que emerge no sentido de promover a superação da crise do capital, implicando, dessa forma, a introdução, por parte das empresas, de novas tecnologias-

³ Na literatura, expressões como inovação tecnológica, novas tecnologias, inovações técnico-científicas e modernização tecnológica têm sido usadas para se referir à reestruturação produtiva.

transformações na base técnica do sistema produtivo - e a implantação de novas formas de gestão da força de trabalho -transformações na organização do sistema produtivo- componentes que, no mundo do trabalho, se articulam entre si.

No Brasil, tal articulação entre a estrutura técnica produtiva e a gestão da força de trabalho não foi suficiente para garantir a substituição efetiva do modelo taylorista-fordista, pois que algumas empresas ainda o têm como referencial, mesmo introduzindo mudanças em seus padrões tecnológicos. A esse respeito, LEITE (1995) constatou que novas e velhas práticas produtivas coexistem, tanto no plano técnico-operacional, como na gestão do trabalho e de qualificação e que mesmo no âmbito das empresas mais inovadoras, a estratégia é gradual e sincronizada, voltada à superação progressiva de gargalos não implicando reviravolta total da organização.

A reestruturação produtiva envolve as dimensões técnica e gerencial. Ambas representam uma relação direta e estreita entre os processos produtivo e organizacional. Nesta relação, um novo perfil da força de trabalho foi suscitado, fundamentado na exigência de um profissional mais qualificado, com nível mais alto de escolaridade, diante de um grande contingente de trabalhadores semiquualificados e/ ou com baixa escolaridade, pois que a nova tríade idealizada pelas empresas, na manutenção de seus padrões de competitividade, é composta por três fatores determinantes: a qualidade, a eficiência e a produtividade.

Cabe ressaltar que a qualidade atingiu tal nível de destaque dentro dos marcos do processo de reestruturação produtiva, que o capital passou a estabelecer, por meio da ISO 9000⁴, padrões rígidos para aferição da qualidade, na medida em que essa passou a ser o parâmetro definido das condições de competitividade das empresas que compõem a cadeia produtiva (FRIGOTTO, 2006).

Desta maneira, a modernização do Setor Sucroalcooleiro se deu neste cenário de transformações, onde em apenas uma década, no período entre 1990 e 2000, as usinas menos competitivas foram desativadas como também a produção de cana, açúcar e álcool ficou concentrada nas mãos de um reduzido conjunto de grupos empresariais, levando adiante o processo de modernização setorial.

⁴ A ISO 9000 - International Organization for Standardization é composta por um conjunto de certificações distribuídas em quatro séries: a ISO 9001, a mais completa, que envolve as dimensões de projeto, de instalação e assistência técnica dos produtos; a ISO 9002, que certifica a produção e as instalações; a ISO 9003, que considera apenas a inspeção final do produto, a embalagem e a entrega; e, por fim, a ISO 9004, sem emprego comercial, que é utilizada internamente na empresa.

O novo ambiente institucional criado a partir de 1990 com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool/I.A.A, a desativação do Proálcool e do Planalsucar e a subsequente desregulamentação setorial, obrigou a agroindústria sucroalcooleira a adotar novas estratégias, diferentes das que eram praticadas no período de regulação estatal (CARVALHO, 2000).

As 27 usinas e 33 destilarias existentes no Estado no período supracitado, empregavam mais de 100 mil trabalhadores e representavam a principal atividade agroindustrial de 57 dos 102 municípios alagoanos. Um processo de reestruturação produtiva atingiu tais empresas, levando-as à desativação de suas indústrias menos competitivas e à concentração da produção de cana, álcool e açúcar, apenas para um reduzido grupo de empresários, grupo este responsável pelo processo de modernização setorial (CARVALHO, 2000)

A mudança de perfil da agroindústria sucroalcooleira está capacitando o setor para enfrentar o novo ambiente porém, resultou no afastamento dos fornecedores e usineiros menos competitivos, sendo muitos postos de trabalhos extintos, tanto na área agrícola como na industrial.

A concentração da produção de cana, açúcar e álcool veio acompanhada de uma diversidade produtiva, da diferenciação de produtos, da incorporação de inovações tecnológicas e de novos métodos de gestão. A nova dinâmica da concorrência aberta com regiões mais competitivas obrigou as modificações estruturais e à adoção de estratégias que substituíram as antigas formas de atuação subordinadas à regulação estatal feita através do I.A.A.

A lógica da acumulação deixa de ser extensiva, com aumentos na produção de cana, açúcar e álcool, para se tornar intensiva, redução da área plantada e flexibilidade na produção. Entretanto, as empresas não dispuseram de iguais condições no processo da expansão de suas atividades, onde algumas unidades se capacitaram e seguiram produzindo e as menos competitivas foram desativadas.

Dois blocos foram formados: O primeiro, composto pelas 16 maiores unidades: Cachoeira, Caeté, Camaragibe, Coruripe, Guaxuma, Leão, Porto Rico, Roçadinho, Santa Clotilde, Santo Antônio, Seresta, Serra Grande, Sinimbu, Sumaúma, Triunfo e Uruba, responsáveis por mais de 90% da produção na safra de 1998/99, pois que vêm adotando modernas estratégias competitivas de diferenciação de produtos, de

diversificação produtiva e aumento da especialização na produção de álcool e açúcar, produzindo regularmente mais de um milhão de sacos de açúcar no período de cinco anos.

O segundo grupo corresponde às usinas que não tiveram a mesma performance conseguida pelo primeiro grupo. É composto pelas usinas menores: João de Deus, Taquara, Capricho, Lagoinha, Marituba e Santana, que estabilizou sua produção em menos de um milhão de sacos por ano. Além das usinas apresentadas nos dois grupos acima descritos, outras tiveram suas atividades suspensas e foram desativadas, devido aos seguintes fatores: região agrícola irregular, reduzida escala de produção, dívidas acumuladas e defasagem tecnológica, não conseguindo acompanhar o ritmo exigido pelos novos padrões de competição. Foram elas: Alegria, Bititinga, São Simeão, Terra Nova, Ouricuri e Peixe.

O dinamismo das atividades do setor sucroalcooleiro alagoano continua vindo basicamente do mercado externo. A queda dos preços internacionais do açúcar e do preço interno do álcool determinam que, apenas as unidades industriais muito eficientes nas quais se consegue uma diferença positiva entre o custo de produção do açúcar e álcool e o preço de venda, tanto no mercado nacional como no mercado externo, podem permanecer em atividade.

Neste quadro, pressionadas pelas estreitas margens de lucro e pela diminuição dos subsídios estatais, as empresas sucroalcooleiras foram compelidas a adotar modernas estratégias empresariais e ampliar a escala de produção, num processo que favoreceu as grandes empresas.

Assim, foram formados sete grupos agroindustriais, representados pelas empresas com mais de uma usina ou destilaria: grupo Carlos Lyra(usinas e destilarias Cachoeira, Caeté e Marituba), grupo Corrêa Maranhão (usina Camaragibe e usina e destilaria Santo Antônio), grupo João Lyra (usina e destilarias Guaxuma e Laginha e usina Uruba), grupo Toledo (usina Capricho, destilaria autônoma Penedo e usina e destilaria Sumaúma), grupo Tércio Wanderley (destilaria autônoma Camaçari e usina e destilaria Coruripe), grupo Olival Tenório (destilaria autônoma Porto Alegre e destilaria e usina Porto Rico) e grupo Andrade Bezerra (usina e destilaria Serra Grande e a usina Trapiche ,em Pernambuco), fenômeno semelhante ao de São Paulo, onde há uma clara tendência à centralização da produção nas empresas mais fortes, com elevada tradição

no setor, sendo produtoras históricas de açúcar e álcool, com capitais aplicados em outros setores de atividade, mas ainda com interesses em cristalizar as posições alcançadas no setor sucroalcooleiro (IBDEM, 2000).

Os grupos empresariais mais importantes diversificam radicalmente seus interesses, expandindo suas intervenções econômicas em várias direções, transformando-se em holdings com presenças em ramos e regiões diferentes. Como exemplo, podemos citar: Criação de gado leiteiro e beneficiamento do leite: Seresta (Leite Boa Sorte), Roçadinho (Ilpisa), Empresas de táxis aéreos: Grupo João Lyra (Lug Táxi Aéreo), Construção civil: Grupo Tércio Wanderley (Cipesa), venda de automóveis: Grupo Olival Tenório (Importadora Comercial), Nivaldo Jatobá (Toyota) e Grupo João Lyra (Mapel), Meios de Comunicação: João Tenório/Triunfo (TV Pajuçara), dentre outros.

É crescente o percentual de matéria-prima produzida pelas próprias usinas e destilarias. Com a falta de financiamento agrícola e de assistência técnica, as dificuldades dos fornecedores de cana aumentaram, beneficiando-se a produção de cana própria nas usinas, onde a racionalização no uso das máquinas e implementos demanda escala de produção de cana em áreas contíguas com um padrão de gerenciamento mais moderno, novas variedades mais produtivas e técnicas de colheita mecanizadas.

As usinas e destilarias que sobreviveram demonstraram, na atualidade, a capacidade de liderar o processo de modernização do setor sucroalcooleiro, na tentativa de melhorar seus critérios de eficiência financeira, devido principalmente à diversificação de suas atividades, enquanto que tal estratégia não foi compartilhada pelas usinas desativadas, que mantiveram elevada inadimplência bancária, fiscal e trabalhista, como também retrocesso em relação à aquisição de novas tecnologias.

CONCLUSÃO

A humanidade sempre buscou o novo, o desconhecido, como forma de estímulo e renovação ao seu processo existencial. Tal atitude nem sempre foi sinônimo de conquista e realização, pois que em seus intentos e invenções, o homem atingiu não só a capacidade de sobrevivência e sustentação, mas também o poder destrutivo ao qual, pela noção real ou pela ausência total de percepção, se submeteria.

Em seus estágios de evolução, o compartilhamento vivencial com a natureza foi se modificando, já que a natureza era concebida como dádiva divina, sem representar motivo de pré-ocupação ou pós-ocupação. Desta maneira, os recursos naturais só passaram a ser motivo de questionamentos e indagações a partir do surgimento da ciência e de seus prodígios.

As descobertas científicas representavam a liberdade humana; a felicidade infanda; a solução dos males que, porventura, viessem atingir a humanidade. A partir da Revolução Industrial e do advento da máquina, a concentração e o foco no progresso tornou-se um imperativo à civilização. E a exaustão dos recursos naturais e sua possível finitude continuavam a não ser consideradas.

Aportando na Era Moderna, o homem paulatinamente começa a perceber a noção do risco de suas atitudes, atenta para o fato de que é preciso tomar juízo e a natureza pode, após tanta exploração, ter finitude. Diante dos conflitos advindos de tal constatação, a visão acerca da natureza precisa ser reformulada (não necessariamente reinterpretada), mas precisamente demonstrada.

A sociedade industrial necessitava de uma reformulação de seus processos produtivos e a mesma passa a ser pleiteada tendo-se como palavra-chave a natureza. Assim, era preciso dar sustentação a esta nova reformulação; demonstrar que tais intenções se faziam verdadeiras diante do meio social; era preciso ter convencimento.

Desta maneira, um discurso a favor da natureza começa, hegemonicamente, a exercer seu papel sedutor, onde a proteção e cuidado dos recursos naturais apontavam para uma nova ideologia ou a principal vertente ideológica da modernidade.

O setor produtivo abraçou tal discurso, não apenas pela vitrine social, pelo espelho ao qual precisava refletir uma bela imagem, mais também pelas pressões advindas da competição, competição esta que dita as regras do jogo.

No caso particular do nosso país, infelizmente o modelo de política ambiental adotado teve como “sugestão” e orientação o modelo americano, demonstrando uma falta de identidade e noção para como a riqueza biológica imensurável que há no Brasil.

O discurso encontrou no marketing sua operacionalização e assim novas expressões do tipo “ecologicamente correto”, “preservar sem destruir”, passaram a ser tomadas como bandeiras tendo como qualquer outra ideologia, seus seguidores e adeptos, onde um grupo seletivo de sabedores das verdades e intenções desta ideologia, continua a levar a maioria da população a “incorporar” sua nova função social “protetores da natureza”.

Porém, não bastou apenas demonstrar-se ambientalmente correto. Era necessário também apresentar-se responsável socialmente. Daí, uma gestão ambiental eficiente tinha que andar de mãos dadas com um processo de responsabilidade social convincente. No processo particular do Setor Sucroalcooleiro, em especial o alagoano, um fator significativo foi percebido quando o I.A.A. (Instituto de Açúcar e Alcool) deixou de “patrocinar” o setor, setor que, na linguagem popular, diante de tal situação teve que aprender a “andar com as próprias pernas”.

Deste modo, só os grandes grupos sobreviveram e a ideologia verde passou a entrelaçar seus processos de produção, onde o discurso promovido por tal setor se fazia entender como conscientização ambiental. Na verdade, diante das pressões do mercado externo, da legislação, das autuações por danos causados ao meio ambiente, do novo cenário de regulações e da inoperância e transferência de atribuições do poder público para o setor privado, todas as mudanças forma denominadas, em conjunto, de consciência.

O que de fato ocorreu e continua a ocorrer foi uma adequação legal e normativa, como também uma auto-regulação do setor, através de implementação do Sistema de

Gestão Ambiental – SGA e da busca incessante por premiações e certificações, além de programas e ações sociais, visto que a inexistência dos itens acima pontuados representaria a saída do cenário econômico nacional e internacional. A indústria canavieira é uma atividade de exportação. Antes de atender às demandas externas, o atendimento e cuidado para com as comunidades locais não representavam uma preocupação de grande proporção para as usinas.

A partir do momento em que as ações sociais encontram-se inseridas como variáveis competitivas, ONGs, cooperativas e associações se multiplicaram consideravelmente. A questão é que, na verdade, existe regulação e conformidade, seja no ambiental e no social. A conscientização não se adquire apenas por ações, programas ou eventos.

É preciso que se promova uma sociologia das questões ambientais, só obtida de “dentro para fora”, ou seja, da sociedade, por meio de processos educativos e informacionais críticos e questionadores. Consciência não se oferece; não se ensina. Ao contrário, se adquire. E para que seja perceptível ao olhos da maioria e não apenas de alguns as verdades contidas a partir da ideologia verde, precisa-se de tempo; é uma construção processual de conhecimentos, que deverá ser buscada incessantemente por todos os atores que perfazem a sociedade.

As mudanças ocorridas a partir da inserção da variável ambiental promoveram no setor produtivo em particular no sucroalcooleiro, uma nova cultura organizacional que pudesse dar sustentação à uma dinâmica produtiva e competitiva, necessária ao mercado de negócios, seja interno ou externo.

O discurso empresarial tornou-se verde, tendo o marketing como seu principal articulador servindo de sustentáculo ao convencimento dos propósitos ora subentendidos, do lucro pela consciência e da consciência de que o lucro advém de tal demonstração promocional. Mesmo as usinas pesquisadas que ainda não obtiveram a implantação do SGA, buscam premiações e outras certificações, sem fugir do seu foco maior que é a certificação de tal sistema implementado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, S Herculano; Pádua J. A. **Justiça ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8º ed, anotada por Moacir Medeiros de. 1988.

ANUÁRIO EXAME – 2006/2007. Infra-estrutura. São Paulo, Editora Abril, novembro de 2006.

Encarte da Revista Industria Brasileira. nº 62. **Bio-Diversidade é Capital**. Fiesp, Federação das Industrias do Paraná. Abril, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de educação Ambiental. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, 2004.

BECK, Urick; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes- São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BERTALINO, Marco Túlio. **Análise do Processo Evolutivo das Estratégias em Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://www.universoambiental.com.br>>. Acesso em: 31/08/2006.

BREDARIOL, Celso. **Cidadania e Política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BUGLIONE, Samantha. O desafio de tutelar o meio ambiente. Revista Direito Ambiental. **Ed. Revista dos Tribunais**. Ano 5 – Janeiro-março, 2000, nº 17.

CAVALCANTE, Vera Helena Wanderley. **Reserva da biosfera da mata atlântica como elemento de competitividade para o segmento sucroalcooleiro de Alagoas.** Dissertação (mestrado). 145p – Universidade federal de Alagoas (UFAL). Alagoas. 2004.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucroalcooleira Alagoana.** Maceió: EDUFAL, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciado pessoas: o passo decisivo para a administração participativa.** São Paulo: Makron Books, 1994.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 5º ed. São Paulo: Global, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nos Engenhos de Açúcar na Vida e na Cultura Regional.** Maceió: EDUFAL, 2006.

EISENBERG, Peter I. **Modernização Sem Mudança** Trad. João Maia, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra / UNICAMP, 1977.

FERNANDES, Ivan. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas.** Maceió: Sergasa, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio *et. al.* **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FORBES, Jorge; REALE JUNIOR, Miguel; FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade.** Barueri, São Paulo, Manole, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, (27ª ed.), 1998.

GOVERNO DE ALAGOAS. **Perfil Sócio - Econômico do Estado de Alagoas**. Maceió: Seplan / Fiplan, 1989.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, I. Hunter. **Capitalismo Natural**: criando a próxima revolução industrial. Tradução de Luiz A. de Araújo e Maria Luiza Felizardo. São Paulo: Cultrix, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 6ª edição.

IBGE. **Censo Agropecuário. 1970, 1975, 1980 e 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE.

JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. **Cresce o Número de Empresas Conscientes**. Maceió/AL, domingo, 04 de março de 2007.

LANDER, Edgardo. **Ciencias Sociales: saberes coloniales yeurocentrico**. En publicacion: La Colonialidad Del saber Latinoamericanas. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Bueno Aires. Argentina, 2006.

LAYRARGUES, Phillipe Pomier. **A Cortina de Fumaça: O Discurso Empresarial Verde e a Ideologia da Racionalidade Econômica**. São Paulo: Anna blume, 1998.

LAYRARGUES, Phillipe Pomier (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de educação ambiental: Brasília, 2004.

LAGES, André Maia Gomes; LOPES, Marcos Eugênio Pires de Azevedo. **Do comportamento reativo ao comportamento ético ambiental**: a introdução da gestão ambiental no setor sucroalcooleiro – o caso de Alagoas.

LAGES, Vinicius Nobre. RAMOS, Vanda Ávila. **Alem da Conquista da Terra. A Sustentabilidade dos Assentamentos em Alagoas**. Maceió: UFAL, 1999.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa – Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.

LE MONDE, Diplomatique. **Bem-vindos ao fim da era do petróleo**. Maio, 2006.

LIMA, Araken Alves de. **A Crise Que Vem do Verde da Cana: Uma Interpretação da Crise Financeira do Estado de Alagoas no Período 1988 – 96**. Maceió: EDUFAL, 1998.

LIMA, Gustavo da costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Revista Ambiente e Sociedade**. Vol. 06 nº 02. Campinas. Jul/Dez, 2003.

LIRA, Fernando Jose de. **Realidade, Desafios e Possibilidades: Pensando Em Saídas Para a Crise de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1998.

KITZMANN, Dione. Educação Ambiental no Setor Produtivo: os contextos possíveis. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Volume 11, Janeiro a Junho de 2006.

MELO, Mario Lacerda. **O Açúcar e o Homem: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro**. Recife: IJNPS, 1975.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2001.

MENEZES, Afrânio Farias de; Cavalcante, Alberto Tenório; Auto, Paulo César Casado. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas. **Caderno 29. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da mata Atlântica**. Série Estados e Regiões da RBMA.

MORIN, Edgar. **O Método 6. Ética**. Tradução Juremir Machado da Silva – Porto Alegre; Sulina, 2005.

NOVAES, Washington. **A Década do Impasse: da Rio-92 à Rio+10**. São Paulo: Estação Liberdade: instituto Socioambiental. 2002.

PETER H. May. **Economia do Meio Ambiente**: Teoria e Prática. Tradução: Maria C. Lustosa e Valéria da Vinha. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. **Marketing e meio ambiente**: uma revisão crítica sobre os principais conceitos. Disponível em: http://www.ebape.fgv.br/radma/htm/cadma_gem, acesso em: 10/06/2008.

PÉREZ GÓMEZ, A.I.A. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Tradução.: Ernani Rosa – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

PINSKY, J.; PINSKY, B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTER, Michael. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Garamound, 2000.

QUINTAS, José da Silva. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Brasília: IBAMA, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista** – o ornitorrinco. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil**. Porto Alegre: APED, 1998.

SACHS, IGNACY. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização Paula Yvone Stroh – Rio de Janeiro: Garamound, 2000.

SANTA'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do açúcar em Alagoas. Intituto do Açúcar e do Álcool.** Museu do açúcar – Recife, 1970.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha. **A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas.** Dissertação (mestrado em serviço social). 107p - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.

UDOP. Disponível em: <<http://www.udop.com.br>>, acesso em: 27/12/2006.

STRONG, Maurice Frederick. **Revista Veja**, 29-05-1991, p.09.

TORRES, Maria Betânia Ribeiro. **A Interface Entre Educação Ambiental e Gestão Ambiental Numa Perspectiva das Ciências Sociais.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Fundação Universidade do Rio Grande – Volume 18, janeiro a julho de 2007.

TORRECILHA, Sylvia. Processos participativos na criação de unidades de conservação. **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, (1:2000 – Campo Grande) Anais.

VEIGA, José Elida. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

VIOLA, Eduardo J. **Revistas Ciências Sociais Hoje, 1990.** Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. ANPOCS.

----- Nova ótica ao fazer negócio. **Revista Alcoolbras**, Edição 113 – 2008.